



**Guia para o
financiamento da
Rede Natura 2000
na região biogeográfica macaronésia
(Açores, Madeira e Canárias)**



centro para la política ambiental



Editor

Carlos Sunyer Lachiondo

Autores

Carlos Sunyer Lachiondo (TERRA)

Matias Oñate Zapatero (TERRA)

Tomaz Ponce Dentinho (Universidade dos Açores)

Desenho Gráfico

Lurdes Esparza

Tradução

Rosa Matos

Impressão

Nilo, indústria gráfica, S.A.

Dep. Legal

ISBN 84-923776

© 2000, TERRA, centro para la política ambiental - environmental policy centre

Ficha bibliográfica: Sunyer, C. (Ed.) 2000. Guia para o financiamento da rede Natura 2000 na região biogeográfica macaronésica (Açores, Madeira e Canárias). TERRA. La Navata (Madrid).

Palavras chave: conservação da natureza, red Natura 2000, financiamento, Macaronésia

Esta publicação também está disponível na Internet: www.terracentro.org

Guía para o financiamento da Rede Natura
2000 na região biogeográfica macaronésia
(Açores, Madeira e Canárias)

Guia para o financiamento...

Financiamento

Esta publicação foi co-financiada pela Direcção Geral de Ambiente da Comissão Europeia (Sub 99/68029), o Ministério do Ambiente espanhol, e o Viceconsejería de Medio Ambiente de Canarias. Faz parte do projecto "Funding opportunities for natura 2000 in the macaronesian region" (Sub 99/68029).

Como parte integrante deste projecto desenvolveram-se também três seminários de informação no Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo (Açores) e Tenerife (Canárias), que foram organizados com a colaboração da Direcção Regional do Planeamento da Madeira e do Parque Natural da Madeira, da Direcção Regional do Ambiente dos Açores, da Caja Canarias, e da Viceconsejería de Medio Ambiente das Canárias, respectivamente.

As opiniões expressas na presente publicação não reflectem necessariamente as dos patrocinadores.

Agradecimentos

Desejariamos agradecer, em primeiro lugar aos patrocinadores do projecto, à Direcção Geral de Ambiente da Comissão Europeia, à Direcção Geral de Conservação da Natureza do Ministério de Ambiente de Espanha e à Viceconsejería de Ambiente do Governo das Canárias a sua contribuição. A estes teremos que acrescentar a colaboração voluntária de outras entidades, que através de informação ou do seu apoio logístico, contribuíram para o bom andamento do projecto. Entre elas queremos destacar a Direcção Regional do Ambiente dos Açores, a Direcção Regional do Planeamento da Madeira, o Parque Natural da Madeira, o Cabildo Insular de Tenerife e a Caja Canarias.

Nos Açores, desejariamos agradecer a ajuda das seguintes pessoas: Maria Eduarda Furtado Avila, Directora Regional do Ambiente; Carlos Curbelo, Director Regional de Estudos e Planeamento; Eduardo Dias, Universidade dos Açores.

Nas Madeira, a D. Carlos Estudante, Director Regional do Planeamento; M.J. de Sousa Pita, Director Regional de Agricultura; Henrique Costa Neves, Director do Parque Natural da Madeira; Luis Miguel dos Santos, coordenador do GAL ACAPAORAMA e Manuel Ara, coordenador do GAL ADRAMA.

Nas Canárias, a Jorge Bonnet, responsável pelos espaços protegidos do Cabildo Insular de Tenerife; a Onofre de la Coba Gamón e Miguel Angel Peña do Centro de Planificação Ambiental de Tafira; a Tomas Azcárate, Director do Centro de Planificação Ambiental e Isabel García e Paloma Galeón do mesmo Centro.

Em relação à investigação sobre turismo desenvolvida por Ecologic, os agradecimentos vão dirigidos a Mr Tscherniak do Europarc Alemanha; Mrs Gray do Europarc International; Mr Vorhies da IUCN; Mr Pödelmann do Parque Nacional Park Bayerischer Wald; Mrs Guichard de Parques Nacionais; Mr Koenders do Staatsbosbeheer Netherlands; Mr Bruns do Parque Natural Bereg em Bos e Mr Clark e Ms Anderss do Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos

Por último, a todos os oradores dos três seminários, cujas valiosas contribuições ficaram de alguma maneira reflectidas neste trabalho. Uma relação detalhada dos mesmos apresenta-se no anexo final.

Guía para o financiamento...

Resumo

O âmbito deste manual circunscreve-se à região macaronésica da União Europeia, que inclui as regiões portuguesas dos Açores e Madeira, e das Canárias, de Espanha. Isto deve-se ao facto de constituir a primeira região biogeográfica da União Europeia a dispôr de uma lista de Sítios de Interesse Comunitário, passo fundamental para a constituição da rede Natura 2000.

Com o fim de dar uma contribuição a este processo, desenvolveu-se o projecto "Funding opportunities for the Natura 2000 in the Macaronesian region", entre cujos objectivos se contava contribuir para a divulgação das possíveis fontes de financiamento da rede Natura 2000 na região.

Como parte deste projecto, o objectivo deste manual é contribuir para o desenvolvimento de novas vias de co-financiamento da rede Natura 2000, fundamentalmente mediante o uso de instrumentos financeiros comunitários. Em simultâneo, atendendo à grande importância que a indústria turística tem na região, fundamentalmente nas Canárias e Madeira, também se exploraram as possibilidades oferecidas por este sector.

A região Macaronésica estende-se exclusivamente por um conjunto de ilhas atlânticas, que de norte a sul representam os arquipélagos dos Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde, bem como um pequeno território da costa africana em frente das Canárias.

Todas estas ilhas têm em comum três características importantes. São ilhas oceânicas que nunca estiveram unidas ao continente; estão sob a influência dos ventos alísios; e partilham os restos da flora subtropical que povoava o sul da Europa durante o Terciário. Entre todas estas ilhas, existem, no entanto, diferenças dignas de destaque.

A percentagem de território com que estas regiões contribuem para a rede Natura é muito importante, e superior à média proposta pelas restantes regiões da União Europeia. Nos Açores, os 23 Sítios de Interesse Comunitário propostos abrangem 19,6% do território, na Madeira propuseram-se 11 espaços que representam 31% e nas Canárias propuseram-se 173 sítios que correspondem a 37% do território.

A região possui alguns problemas específicos, entre os que cabe destacar: a fragmentação de manchas de laurissilva; o excesso de pastoreio; a introdução de espécies exóticas; o desenvolvimento urbanístico; o turismo; o excesso de visitantes; a exploração excessiva de recursos hídricos; as modificações do terreno; os incêndios florestais e a poluição das grutas vulcânicas.

Ao contrário de outros períodos de programação estrutural, durante o período 2000-2006 nestas regiões poderão utilizar-se a maior parte das possibilidades que os fundos estruturais oferecem. Se até à data este potencial foi pouco aproveitado, o início da nova programação oferece uma nova oportunidade para os responsáveis pela rede Natura de integrar-se neste processo.

Existem inúmeras possibilidades para financiar a rede Natura 2000 através dos programas operativos derivados dos Planos de Desenvolvimento Regional. Tanto através de medidas específicas, como indirectamente através de medidas de desenvolvimento rural (FEOGA), pesqueiro (IFOP), do turismo (FEDER) ou da formação (FSE). A adequação destas medidas à rede Natura 2000 depende, de qualquer forma, do esforço que exerçam as autoridades responsáveis pela rede Natura 2000.

O mesmo se aplica às iniciativas comunitárias Interreg, Leader e Equal. Além disso, as duas primeiras incluem entre as suas prioridades o desenvolvimento dos seus objectivos através da rede Natura 2000, num exercício de integração. O passo para tal dependerá, contudo, de novo das autoridades ambientais.

Por último, haverá que mencionar o instrumento financeiro Life, a única fonte de financiamento específica para a conservação da Natureza na UE. A região macaronésica tem sido, até à data, uma grande receptora destes fundos, com 31 projectos realizados entre 1992 e 1999. O interesse do Life para a rede Natura 2000 é grande, mas até à data, na maior parte dos casos, foi utilizado para projectos destinados a espécies ou habitats muito concretos. Muito poucos projectos foram utilizados para o desenvolvimento da rede Natura como um todo.

Apesar de o Life ter um grande potencial para a rede Natura, os fundos são muito limitados, pelo que as autoridades ambientais devem buscar financiamento proveniente de outras fontes. Esta situação, que poderia ser considerada como negativa, também deve ser considerada como positiva, por impulsar a integração da rede Natura noutras políticas sectoriais, pois só assim será possível garantir o seu futuro e coerência.

Outros aspectos que deverão ser considerados para que se tire proveito das muitas oportunidades que ofe-

Guia para o financiamento...

recem os fundos estruturais são: melhorar a informação e a formação sobre as suas possibilidades e funcionamento, fomentar o princípio de responsabilidade partilhada e melhorar a coordenação para o seu uso.

Além dos instrumentos financeiros comunitários, há que ressaltar o potencial do turismo para financiar a rede Natura na região. Canárias, Madeira e Açores são um importante receptor de turistas, com cerca de 12 milhões por ano, muitos deles atraídos pela sua natureza. Hoje em dia conhece-se e aproveita-se o facto de os espaços protegidos constituírem um importante ponto de atracção turística da região. Por isso, a existência destes espaços tem efeitos directos sobre a economia regional, por exemplo sobre o emprego e os rendimentos, e múltiplos efeitos sobre outros sectores económicos. Além disso, contribui para a melhoria da imagem do conjunto da região, o que indirectamente pode conduzir a um aumento da procura. Desta forma, o turismo sustentável na região deveria formar uma parte importante das estratégias de desenvolvimento regional.

Se ao anterior acrescentarmos as deficiências orçamentais de que padecem os espaços protegidos, o importante impacto ambiental do turismo sobre eles e a necessidade de os espaços protegidos desviarem os seus escassos fundos para as actividades de uso público, é justo que estes espaços desfrutem também dos benefícios económicos gerados pelo turismo.

Neste sentido, está comprovado que quando se questionam os turistas, estes manifestam-se dispostos a contribuir economicamente para a conservação da natureza. As quantias que nos diferentes estudos dizem estar dispostos a pagar, seriam suficientes para garantir uma parte importante dos orçamentos de gestão dos espaços protegidos.

Existem muitos quadros de financiamento através dos quais o turismo contribui para a conservação da natureza. Cada um tem as suas vantagens e inconvenientes, pelo que não existe uma solução óptima. Além do mais, estes esquemas tendem a complementar-se mais que a excluir-se. Por isso, para planificar o turismo como uma fonte de financiamento para a conservação da natureza, deveria ter-se em conta um sistema de medidas inter-relacionadas.

Inclusive nas melhores condições, não se pode esperar que o turismo cubra todos os gastos das medidas de conservação nos espaços protegidos. Pode, no entanto, contribuir de forma importante para tal. Por exemplo, tendo em conta que mais de 11 milhões de turistas visitaram as Canárias em 1999, 704.336 a Madeira e 160.155 os Açores em 1997, e se estes contribuíram na sua visita com uma pequena quantidade comparada com as que inicialmente se manifestam dispostos a pagar, por exemplo 1,5 Euro por visita, poderiam gerar-se mais de 16,5 milhões de Euro por ano nas Canárias, 1 milhão na Madeira e 0,2 nos Açores. Estas cifras aumentariam consideravelmente no caso de aplicar-se o modelo da eco-taxa das ilhas Baleares, consistindo no pagamento de 1 Euro por noite de estadia. Por exemplo, nas Canárias, onde durante 1999 se registaram mais de 44 milhões de pernoitas, esta quantidade ascenderia a 44 milhões de Euro por ano.

O uso destes quadros de financiamento, além de contribuir para o financiamento da rede Natura, poderiam ser utilizados para outros objectivos de conservação da natureza.

Como conclusão final, pode afirmar-se que a região conta com condições óptimas para encontrar e desenvolver as fontes de financiamento

Índice

	<i>Pág.</i>
INTRODUÇÃO	3
A REGIÃO MACARONÉSICA	6
Introdução aos Açores	8
Introdução à Madeira	10
Introdução às Canárias	13
A REDE NATURA 2000	17
Introdução	17
A responsabilidade das regiões	17
Que medidas devem ser adoptadas?	17
Que instrumentos financeiros se prevêem?	18
A rede Natura nos Açores	21
A rede Natura na Madeira	21
A rede Natura nas Canárias	22
Principais ameaças à rede Natura 2000 na Macaronésia	22
INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA A REDE NATURA	25
Introdução	25
Os fundos estruturais de iniciativa nacional	26
Introdução	26
As formas de intervenção	27
Possibilidades de co-financiamento para a rede Natura	28
As iniciativas comunitárias	32
Interreg III	33
Leader +	36
Equal	39
Life III	41
O CO-FINANCIAMENTO DA REDE NATURA 2000	44
O TURISMO COMO INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA A RED NATURA 2000	54
Introdução	54
Importância dos espaços protegidos para o turismo	54
A predisposição do turista a pagar	56
Quadros de financiamento	58
Aplicação à região macaronésica	60
ANEXO Direcções de interesse	48
REFERÊNCIAS	51

Introdução

A Directiva Habitats tem como objectivo fundamental contribuir para a conservação da biodiversidade na União Europeia. Para tal, uma das ferramentas que estabelece é a criação de uma rede de Zonas Especiais de Conservação, que será formada por sítios representativos de uma serie de habitats, e que se chamará rede Natura 2000.

Nestas zonas, os estão obrigados a manter num bom estado de conservação os habitats correspondentes, o que necessariamente implica o desenvolvimento de esquemas e fontes de financiamento. É por isso que o financiamento constitui uma preocupação quanto ao futuro desenvolvimento da rede Natura 2000, sobretudo naquelas regiões onde ocupará uma elevada percentagem do território, como é o caso da Macaronésia. Apesar de a Directiva não articular o desenvolvimento de uma fonte específica de financiamento para a rede Natura, prevê não obstante a criação de um Quadro de Acção entre o Estado Membro e a Comissão que permita um co-financiamento, à margem das múltiplas fontes possíveis já existentes para tal.

É evidente que o desenvolvimento da rede Natura 2000 pode ser contemplado de muitos pontos de vista distintos. Não há dúvida de que para muitos, mas cada vez menos, a conservação da natureza é um travão ao desenvolvimento, cujas consequências só se repercutem em custos e limitações. Outro ponto de vista limita-se a interpretar a rede Natura como uma obrigação mais da União Europeia, e como tal se limita a cumprir. Mas também pode ser considerada como uma oportunidade de futuro para as regiões implicadas, com um grande potencial para o desenvolvimento de novas actividades compatíveis com a conservação da natureza. Esta última visão é o verdadeiro espírito da Directiva, pois ao longo dos artigos põe em destaque a necessidade de integrar a rede Natura noutros sectores. Para isso, é necessário desenvolver as bases de um desenvolvimento sustentável, onde as medidas a adoptar não só têm em conta exigências ambientais, mas também económicas, sociais e culturais.

O âmbito deste manual circunscreve-se à região macaronésica da União Europeia, que inclui as regiões portuguesas dos Açores e da Madeira, e as Canárias de Espanha. Isto deve-se ao facto de constituir a primeira região biogeográfica da União Europeia em dispor de uma lista de Sítios de Interesse Comunitário consensual, passo fundamental para a constituição da rede Natura.

Com a intenção de contribuir para este processo, desenvolveu-se o projecto "Funding opportunities for the Natura 2000 in the Macaronesian region", um de cujos objectivos tem sido contribuir para divulgar as possíveis fontes de financiamento da rede Natura 2000 na região, fundamentalmente com base nos instrumentos financeiros comunitários existentes. Para tal, elaborou-se este manual e realizaram-se seminários de informação nas três regiões. O primeiro teve lugar em Abril de 2000 no Funchal (Madeira), o segundo em Maio em Angra do Heroísmo (Açores) e o terceiro em Julho em Tenerife (Canárias).

O objectivo deste manual é contribuir para o desenvolvimento de novas vias de co-financiamento da rede Natura 2000, fundamentalmente mediante o uso de instrumentos financeiros comunitários. No entanto, dada a grande importância que a indústria turística tem na região, sobretudo nas Canárias e Madeira, também se exploraram as possibilidades oferecidas pelo turismo.

Como passo prévio à preparação do trabalho, estudou-se o uso dos diferentes instrumentos financeiros

Introdução

destinados à conservação da natureza nas três regiões, existentes durante o período de 1994-99. Os resultados foram decepcionantes no âmbito dos fundos estruturais, apesar de se terem encontrado alguns exemplos relevantes dos quais se faz uma resenha no texto. Em relação ao instrumento financeiro Life, o panorama é completamente diferente, contando as três regiões com uma muito boa experiência. Por esse motivo, considerou-se pertinente que este manual incidisse sobretudo sobre o potencial que oferecem os fundos estruturais.

Na análise do possível papel dos fundos estruturais para financiar a rede Natura, tiveram-se em conta dois princípios da política ambiental comunitária: a integração e a responsabilidade partilhada. O primeiro deles, que está patente no próprio espírito da Directiva, torna necessário considerar as exigências económicas, sociais e culturais, locais e regionais no desenvolvimento da rede Natura. Simultaneamente, as demais políticas devem ter em conta a rede Natura na sua definição e desenvolvimento. O segundo princípio faz referência à necessidade de implicar todos os agentes na conservação da rede Natura. Caso contrário, será impossível o correcto desenvolvimento da rede Natura. A aplicação de ambos os conceitos não é fácil e requer um grande esforço. No entanto, são básicos para o correcto desenvolvimento da mesma, inclusive do seu co-financiamento.

Dado que abarca regiões de Espanha e Portugal, foi editado em espanhol e português, e foi distribuído aos principais agentes implicados na aplicação da rede Natura 2000: autarquias, grupos Leader de acção local, sindicatos agrários, associações de pescadores, responsáveis pelo desenvolvimento regional, responsáveis pela agricultura, organizações não governamentais de ambiente e responsáveis pela rede Natura, entre outros.

O manual começa com um capítulo introdutório à região biogeográfica macaronésica, e, apesar de se pretender apresentar uma visão de conjunto, cada uma das regiões é introduzida separadamente.

Segue-se outro capítulo introdutório dedicado à Red Natura 2000. Nele analisam-se dois artigos da Directiva Habitats com grande transcendência: o artigo seis, que se refere às responsabilidades e obrigações dos Estados Membros sobre a conservação da rede Natura 2000, e o artigo oito, sobre o co-financiamento dos custos que as anteriores obrigações possam ter acarretado. Esta análise é da responsabilidade dos autores e, portanto, não deve ser interpretada como uma análise oficial. Além disso, faz-se uma breve introdução à rede Natura na região.

Após esta introdução necessária para oferecer a visão de conjunto que requer a rede Natura 2000, passamos ao terceiro capítulo, que constitui o verdadeiro corpo do manual. Nele faz-se uma revisão das possibilidades que oferecem os principais instrumentos financeiros comunitários na região. Para cada um deles faz-se uma breve introdução e analisam-se as suas possibilidades. Com o fim de não cair em abordagens teóricas, que inclusive serão utópicas para alguns, deveremos referir que as possibilidades que se mencionam se baseiam em casos reais de diversas regiões da União Europeia. Por isso, incluíram-se alguns exemplos, tanto da própria região, sempre que possível, como de outras.

No quarto capítulo reúnem-se algumas recomendações que cremos serem importantes para um adequado desenvolvimento dos instrumentos financeiros anteriores.

Por último, no quinto capítulo faz-se uma breve análise das possibilidades que o turismo oferece para o financiamento da rede Natura na região. Nele identificam-se e analisam-se as diferentes formas de financiamento pelas quais o turismo pode contribuir para financiar os espaços protegidos.

Para que os leitores possam conhecer melhor estes instrumentos, o texto é acompanhado das direcções na Internet onde se pode encontrar mais informação sobre cada um deles.

Aceder a algumas fontes de financiamento comunitário para co-financiar a rede Natura 2000 apresenta, sem dúvida, algumas dificuldades. Outras pessoas e instituições já conseguiram superar dificuldades não menos desprezíveis do que aquilo que se possa imaginar, e aí estão os exemplos que o demonstram. É aqui onde haverá que sublinhar a necessidade de aplicar os dois princípios já mencionados: responsabilidade partilhada e integração.

A região Macaronésica

A região Macaronésica estende-se exclusivamente ao longo de um conjunto de ilhas atlânticas que, de norte a sul, são os arquipélagos dos Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde, assim como um pequeno território da costa africana em frente às Canárias. Não obstante, está ainda em discussão a pertença a esta região dos dois últimos territórios¹.

Todas elas têm em comum três características importantes. São ilhas oceânicas, de origem vulcânica, que nunca estiveram unidas ao continente. Estão sob a influência dos ventos alísios do NE que se dirigem em direcção ao Equador. Por último, partilham os restos da flora subtropical que habitava o sul da Europa durante o Terciário, a Laurissilva (Quadro 1).

Existem contudo diferenças notáveis entre todas estas ilhas. Em relação ao clima, existe um gradiente de intensidade de precipitação de norte a sul, sendo as precipitações muito mais abundantes nos Açores do que nas restantes. Também existem diferenças quanto à origem das suas respectivas espécies, pois estas estão relacionadas com as distâncias ao continente mais próximo e à acção dos ventos e das correntes marinhas. Assim, as espécies dos Açores sofrem grande influência das do norte da Europa, as da Madeira e das Canárias das do mediterrâneo, e as de Cabo Verde das da costa africana mais próxima. Do conjunto de arquipélagos, os mais afins entre si são o da Madeira, das Selvagens e das Canárias, o que em parte será devido a que em épocas passadas existia entre eles um cordão de pequenas ilhas que serviam de ponte, que com a subida do nível do mar ficaram sepultadas e se converteram em bancos marinhos².

Pelo seu carácter insular e a sua peculiar história natural, estes arquipélagos têm uma interessante bio-



A região Macaronésica

lógica, muito abundante em espécies autóctones. Entre eles há a destacar as Canárias, onde das 6.893 espécies de animais presentes, 44% são endémicas⁵, ao que haveria que acrescentar o património vegetal, com cerca de 25% de espécies autóctones. Em seguida, viria a Madeira, que junto com as Canárias constitui um dos focos de biodiversidade mais importantes do planeta⁴(Tabela 1).

Dado que este manual se refere ao financiamento da rede Natura 2000, limitar-se-á aos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias.

TABELA I
Endemicidade de flora vascular de algumas ilhas^{5,6}

	Endemismos
Açores	55
Madeira	145
Galápagos	231
Canárias	670
Hawai	1334

QUADRO I

A laurissilva macaronésica

A laurissilva é uma vegetação que povoava as regiões circum-mediterrâneas durante o Terciário. Como consequência do progressivo arrefecimento ocorrido durante as glaciações, esta vegetação de carácter subtropical foi migrando em direcção ao sul em busca de refúgios com clima mais suave, adequados aos seus requisitos ecológicos, de onde pôde saltar para as ilhas macaronésicas por acção das correntes marinhas e auxílio das aves.

Posteriormente teve lugar um reaquecimento geral que permitiu a expansão da vegetação em latitude, mas as condições climáticas do Terciário não ficaram totalmente restabelecidas, originando simultaneamente novas barreiras, como os desertos do norte de África. Por isso, a distribuição da laurissilva ficou reduzida à sua distribuição actual, onde o clima temperado das ilhas e a adequada humidade ambiental que encontram em algumas delas

lhe permitiu subsistir até aos nossos dias. Desta flora só restaram alguns vestígios na Europa, sobretudo na bacia mediterrânea, pelo que se considera um fóssil vivo.

A laurissilva é uma formação onde dominam as árvores com folhas de tipo loureiro, formada por uma grande diversidade de espécies, até mais de 20, na sua maioria endémicas da Macaronésia (*Laurus azorica*, *Persea indica*, *Ocotea foetens*, *Apollonias barbujana*, etc.), que nas suas melhores representações forma um dossel contínuo de quase 30 metros de altura.

Esta vegetação reduz-se a 15.000 ha na ilha da Madeira, que constitui a mancha mais importante do mundo, algumas centenas de hectares repartidos pelas ilhas dos Açores e mais de 18.000 ha repartidos pelas ilhas Canárias, dos quais apenas uns 6.000 correspondem a florestas maduras.



INTRODUÇÃO AOS AÇORES

Descrição

O arquipélago dos Açores é constituído por 9 ilhas (Tabela 2), que formam uma cadeia de 600 Km de longitude. Localiza-se a meio caminho entre as costas ibéricas, situadas a 1.200 Km a E, e de Terranova, a 1.800 Km a NW.

A superfície total do arquipélago é de 2.333 Km², e desfruta de um clima oceânico com invernos suaves, com valores médios no mês mais frio de 14°C, e verões pouco quentes. No seu conjunto são as ilhas mais húmidas da região macaronésica, entre 762 e 1.525 mm/ano, que em algumas alcançam os 2.700 mm, o que permite a existência de abundantes nascentes, lagos e turfeiras. Regra geral o relevo é pouco abrupto, apesar de em algumas ilhas poder chegar a sê-lo realmente. A altura máxima regista-se na ilha do Pico, que alcança os 2.381m.

Meio sócio-económico

Apesar de terem sido descobertas anteriormente, as ilhas permaneceram desertas até ao seu povoamento em princípios do século XV. Tiveram um grande auge entre os séculos XVI e XVIII como base de apoio à navegação transoceânica. Posteriormente, com o desenvolvimento dos barcos a vapor, foram perdendo importância, que posteriormente se viu restituída durante a segunda metade do século XX como escala dos voos transoceânicos.

Também foi importante como exportadora de trigo, plantas tintureiras, álcool, e mais recentemente produtos lácteos, que hoje em dia constituem 30% da produção de Portugal.

O sector primário é o mais importante, com 19% da população activa, que em algumas ilhas pode superar os 30%. Dentro do mesmo, o sector lácteo é de longe o mais importante. O turismo é o sector emergente, sobretudo em algumas ilhas.

TABELA 2
Superfície e população da região dos Açores.

	Superfície (km ²)	Habitantes (n)	Densidade (hab/km ²)
Santa Maria	97,2	5914	61
São Miguel	746,8	125826	168,6
Terceira	402,2	55626	139,3
Graciosa	61,2	5184	85,2
São Jorge	245,8	10222	41,6
Pico	447,7	15186	33,7
Faial	173,1	14906	87,8
Flores	141,7	4323	31,0
Corvo	17,1	393	22,0
Total	2333	237580	102,1

TABELA 3
Populações de aves marinhas nos Açores⁷

	Casais nidificantes
<i>Bulweria bulwerii</i>	500-1.000
<i>Calonectris diomedea</i>	50.000-100.000
<i>Puffinus assimilis</i>	500-1000
<i>Puffinus puffinus</i>	+
<i>Oceanodroma castro</i>	1.000-2.000
<i>Sterna dougallii</i>	1.000
<i>Sterna hirundo</i>	1.200

Estrutura administrativa

Os Açores constituem uma região autónoma da república portuguesa, com um estatuto político-administrativo próprio. De forma simplificada, pode-se afirmar que a região tem as competências de estado, com excepção da defesa, relações internacionais, segurança e justiça.

Os órgãos de governo regional são a Assembleia Regional, cujos actos legislativos são equiparáveis aos despachos do Governo Nacional, e o Governo Regional, cujos actos são equiparáveis aos despachos ministeriais. O Governo Regional tem a sua sede em Ponta Delgada (São Miguel), com as secretarias regionais repartidas pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

A soberania da república está representada por um Ministro da República instalado em Angra do Heroísmo. Tem poder de veto sobre os actos legislativos regionais e é quem nomeia o Governo Regional, tendo em conta a composição da Assembleia Regional.

Actualmente, a área do ambiente é competência da Secretaria Regional do Ambiente, que conta com as competências em matéria de ambiente, ordenamento do território, urbanismo e recursos hídricos. Esta Secretaria encontra-se dividida pela Direcção de Serviços de Conservação da Natureza (DSCN) e a Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DSOTRH). A primeira é a responsável pelo desenvolvimento da rede Natura na região.

Biodiversidade

Pela sua maior distância ao continente e menor diversidade de ambientes, é o arquipélago macaronésico com menor biodiversidade. No entanto, foram identificadas 900 espécies de plantas vasculares e 450 de briófitas, uma grande parte delas introduzidas. 5% da flora vascular é autóctone.

Devido ao seu relevo menos acidentado e a aptidão dos seus pastos para a produção de leite, as ilhas têm sofrido uma intensa deflorestação, e constituem o arquipélago macaronésico mais transformado pela acção do homem, de maneira que actualmente só 2% da superfície total está ocupada pela laurissilva. Além do mais, as escassas manchas de laurissilva encontram-se muito fragmentadas e ameaçadas pela proliferação de plantas introduzidas.

Uma espécie muito significativa para os açoreanos é o Priôlo (*Pyrrhula murina*), espécie intimamente associada à laurissilva e que está restringida a uma zona da ilha de São Miguel.

Os Açores contam com importantes colónias de aves marinhas, entre as que se destacam as que habitam nas escarpas abruptas da ilha do Corvo, a mais ocidental do arquipélago (Tabela 3). Também merece destaque a diversidade e abundância de cetáceos, dos quais pelo menos 24 espécies frequentam as suas águas.

Conservação da natureza

É o arquipélago onde a política de espaços protegidos está menos desenvolvida, com algumas poucas reservas científicas e florestais. No entanto, o desenvolvimento da rede Natura 2000 serviu como estímulo, e nos últimos anos iniciaram-se diversas iniciativas de conservação da natureza.

Foi também muito importante o impulso dado pelo programa Life, que contribuiu para inventariar e identificar os melhores lugares para a conservação da natureza nas ilhas, e financiou importantes projectos da responsabilidade e uma grande diversidade de actores (universidade, responsáveis pela rede Natura, responsáveis pela política florestal, ONGs), fomentado assim a integração da rede Natura noutros sectores.

INTRODUÇÃO À MADEIRA

Descrição

O arquipélago da Madeira encontra-se a 740 Km a sul dos Açores, a 980 Km das costas ibéricas e a 700 Km da costa africana. É formado por duas ilhas principais, Madeira e Porto Santo, e um conjunto de ilhas de grande interesse ecológico, as Ilhas Desertas (Tabela 4).

A Madeira, a ilha principal, caracteriza-se por um relevo muito acidentado, com 65% da sua superfície com declives superiores a 25%, e uma altitude máxima de 1.861 m. O clima é o clima típico da região macaronésica, com temperaturas médias muito suaves ao longo de todo o ano, e uma pluviosidade que em algumas zonas alcança os 3.000 mm/ano. Esta é notoriamente mais abundante nas vertentes orientadas a norte do que a sul, e, em qualquer caso, é a causa da abundância de nascentes e turfeiras.

A ilha de Porto Santo é a segunda em tamanho e número de habitantes. Encontra-se a 60 Km a NE da Madeira. O seu relevo é menos acidentado, pelo que escapa à faixa de nuvens geradas pelos alísios, pelo que o regime de precipitações é muito inferior ao da Madeira.

As Ilhas Desertas são um conjunto de ilhas despovoadas, situadas a 40 Km a SE do Funchal. São três ilhas principais, Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio, de relevo acidentado e clima árido. Apesar de só ocuparem 1.422 ha de superfície, contam com um importante património biológico, do qual se destaca a flora, uma colónia de Lobo-marinho (*Monachus monachus*) com uns 22 exemplares e importantes colónias de aves marinhas.

O arquipélago das ilhas Selvagens também pertence à região da Madeira. Está situado a 250 Km ao Sul da Madeira, e a 160 Km a norte de Tenerife. É um conjunto de ilhas despovoadas, separados 20 Km entre si, com uma superfície total de 265 ha. A sua reduzida altitude confere-lhes um clima muito árido. Em consonância com o seu reduzido tamanho, o número de espécies vegetais é muito reduzido, com umas cem espécies, algumas delas endémicas. Os invertebrados incluem diversos endemismos próprios destas ilhas, assim como muitos outros da região macaronésica. As colónias de aves marinhas são também muito impor-

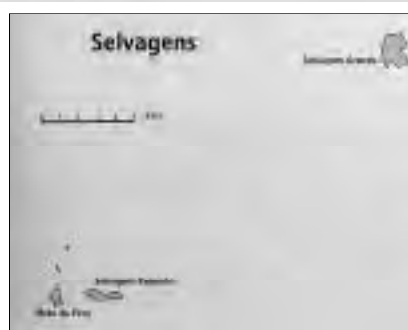


TABELA 4
Superfície e população da região da Madeira

	Superfície (km ²)	Habitantes (n)	Densidade (hab/km ²)
Madeira	736,7	252.874	343
Porto Santo	42,7	4.796	113
Desertas	14,5	0	0
Selvagens	3,2	0	0
Total	797,1	257.670	326

TABELA 5
Espécies endémicas da Madeira

	número
Flora vascular	145
Moluscos	171
Répteis	1
Aves	2

TABELA 6
Populações de aves marinhas na Madeira e Selvagens⁷

	Casais nidificantes
<i>Bulweria bulwerii</i>	6.000-8.000
<i>Calonectris diomedea</i>	16.500-25.000
<i>Puffinus assimilis</i>	3.200-3.700
<i>Puffinus puffinus</i>	+
<i>Oceanodroma castro</i>	1500-2500
<i>Pelagodroma marina</i>	4000-20.000
<i>Pterodroma feae</i>	150-250
<i>Pterodroma madeira</i>	30
<i>Sterna dougallii</i>	5-15
<i>Sterna hirundo</i>	150-300

tantes.

Meio sócio-económico

O arquipélago da Madeira foi descoberto em 1418, e um ano mais tarde começou a sua ocupação. A economia da ilha baseia-se na agricultura, que ocupa 25% da população e representa 14% do PIB. No entanto, apresenta importantes deficiências que a tornam pouco produtiva, como por exemplo o facto de 96% dos proprietários terem propriedades inferiores a 1 ha e 63% dos agricultores terem mais de 55 anos.

O turismo constitui uma alternativa importante e é um sector em expansão. Representa 10% do PIB das ilhas e 6% do emprego. O Funchal é a única povoação com um sector comercial importante, sobretudo derivado da sua situação estratégica e do auge do sector da construção. Em último lugar, a pesca é um sector tradicional com grandes possibilidades de crescimento, e que se encontra num processo de reestruturação, que permitirá torná-la mais competitiva.

Em relação ao arquipélago das Selvagens, foi já assinalado em documentos do século XV, e a pesar de nunca ter estado permanentemente habitado, tem sido utilizado como ponto de apoio para os pescadores.

Estrutura administrativa

Tal como os Açores, a Madeira é uma Região Autónoma. A sua organização é semelhante à dos Açores (ver capítulo correspondente). As competências da rede Natura são assumidas pela Secretaria Regional da Agricultura, Florestas e Pesca, que conta com várias Direcções Regionais, das quais o Serviço Regional de Protecção da Natureza e o Serviço do Parque Natural da Madeira contam com as competências em matéria de conservação da natureza. Também é relevante a importância da Direcção Geral das Florestas.

Biodiversidade

Segundo as crónicas, a Madeira era uma ilha com denso arvoredado (de aí o seu nome). Com a sua ocupação iniciou-se um processo de destruição da floresta original, que actualmente ficou reduzido a 20% da ilha. No entanto, a mancha de laurissilva da Madeira, com 15.000 ha, é a maior do mundo, registrando-se zonas muito bem conservadas.

Junto com as Canárias, é o arquipélago que apresenta uma maior biodiversidade, com uma grande abundância de espécies endémicas, sobretudo de flora e de moluscos. De entre as 800 espécies de flora vascular, 113 são endémicas. Em relação à fauna, os invertebrados são muito abundantes relativamente à superfície das ilhas, com mais de mil espécies de insectos, grande parte deles endémicos (Tabela 5).

Na ilha da Madeira existem alguns locais muito ricos em espécies, como por exemplo certos sectores da laurissilva, onde se identificaram cerca de 32 espécies de plantas e 6 de invertebrados do anexo II da Directiva Habitats.

Também existem alguns vertebrados endémicos, como o Pombo-trocaz (*Columba trocaz*), a Freira da Madeira (*Pterodroma madeira*), de que só se conhecem 30 casais em todo o mundo, e a Lagartixa da Madeira (*Lacerta dugesii*). Partilha de forma exclusiva com Cabo Verde a Freira do Bugio (*Pterodroma feae*), e com as Canárias o Morcego da Madeira (*Pipistrellus maderensis*) e três espécies de aves (Canário-da-terra *Serinus canaria*, Corre-caminhos *Anthus berthelottii* e Andorinha da Serra *Apus unicolor*).

Em conjunto, a Madeira também alberga populações muito importantes de aves marinhas, tanto pela raridade como pela abundância das suas espécies, sobretudo nas ilhas Desertas e nas Selvagens. Existem registos que indicam terem sido caçados nas Selvagens cerca de 22.000 juvenis de cagarra num só ano².

A região Macaronésica

O meio marinho também é rico em cetáceos, é zona de passagem da Tartaruga-boba (*Caretta caretta*) e há a destacar a colónia de Lobo-marinho (*Monachus monachus*) das Desertas, que conta com uns 22 indivíduos.

Conservação da natureza

Em 1982 criou-se o Parque Natural da Madeira, que sob diversas figuras protege 56.700 ha, o que corresponde a duas terças partes da ilha. Entre os seus objectivos encontra-se a conservação da natureza e da paisagem, e a promoção económica e cultural das populações abrangidas.

Cabe realçar a grande contribuição de vários projectos Life para a conservação do arquipélago, graças aos quais foi possível adquirir cerca de 628 ha das melhores manchas de laurissilva e recuperar outros 190 ha.

Por outro lado, as Ilhas Selvagens foram declaradas Reserva Natural pelo governo português em 1971, incluindo o mar circunvizinho até à linha batimétrica dos 200 m de profundidade.

INTRODUÇÃO ÀS CANÁRIAS

Introdução

O arquipélago canário é formado por sete ilhas maiores e outras tantas menores, com uma superfície total de 7.242 Km². A ilha mais oriental encontra-se só a 115 Km da costa africana (Tabela 7).

O relevo das ilhas ocidentais é muito acidentado, com vales profundos e picos elevados, que alcançam os 3.718 m em Tenerife e 2.433 m em La Palma. A sua latitude subtropical, com um clima quase continuamente modulado por uma faixa de altas pressões, onde predominam os ventos alísios, dá lugar a um clima temperado com uma humidade ambiental elevada. Este fenómeno origina uma inversão térmica, sobretudo nas ilhas mais acidentadas, onde nas zonas mais baixas predomina um ambiente fresco e húmido, ao que se sobrepõe uma franja quente e seca que impede a ascensão da franja anterior, originando um mar de nuvens entre os 900 e os 1.500 metros. Estas nuvens aportam uma grande humidade e exercem um efeito estufa.

Estas características dão às ilhas fortes contrastes climáticos. Por exemplo, na ilha de Tenerife existem zonas costeiras onde não se chega a alcançar os 100 mm de precipitação anual, e a escassos quilómetros supera-se os 2000 mm/ano, precipitação que se vê consideravelmente aumentada pelo efeito das neblinas (precipitação horizontal). Quanto às temperaturas, em algumas zonas mantêm-se muito constantes ao longo de todo o ano, enquanto que em outras se podem chegar a atingir oscilações diárias de quase 50°C. Estas condições permitem passar em escassos quilómetros e dentro duma mesma ilha, desde o deserto ao subtropical, e, mais acima, à alta montanha mediterrânea.

As ilhas orientais, Lanzarote e Fuerteventura, são muito áridas, pois devido à sua inferior altitude não são tão afectadas pelo mar de nuvens.

O meio sócio-económico

Quando os espanhóis colonizaram as ilhas no século XIV, já possuíam uma população indígena, os guanches, que alguns autores supuseram que tinham chegado no século V a. C.. O que é certo é que o espaço natural se encontrava bem conservado. Após a conquista das ilhas, a colonização trouxe consigo a introdução de novos cultivos, como a cana de açúcar e a vinha. Também aumentou a população, o que acelerou



TABELA 7
Superfície e população da região
das Ilhas Canárias

	Superfície (km ²)	População 1996	Hab/km ²
Lanzarote	846	77.379	91
Fuerteventura	1660	42.938	26
Gran Canaria	1562	713.768	457
Tenerife	2034	665.611	327
Gomera	370	17.008	46
La Palma	708	81.507	115
Hierro	269	8.338	31
Canárias	7242	1.606.549	222

TABELA 8
Endemismos das Ilhas Canárias"

	Total	Endemismos
Fungos	1779	101
Algas	468	30
Líquenes	1.100	33
Briófitas	500	7
Fetos	60	2
Flora vascular	1.932	520
Artrópodes	7098	2836
Outros invertebrados	4337	232
Vertebrados terrestres	117	18

TABELA 9
População de aves marinhas
nas Canárias⁷

	Casais nidificantes
<i>Bulweria bulwerii</i>	1.000
<i>Calonectris diomedea</i>	30.000
<i>Puffinus assimilis</i>	<400
<i>Puffinus puffinus</i>	200-500
<i>Oceanodroma castro</i>	>300
<i>Hydrobates pelagicus</i>	1.000
<i>Pterodroma marina</i>	>20
<i>Sterna dougallii</i>	+
<i>Sterna hirundo</i>	>100

A região Macaronésica

o consumo dos recursos, até modificar substancialmente o meio natural. Estima-se, por exemplo, que em Gran Canaria só persiste 1% da laurissilva potencial da ilha, menos de 20% em Tenerife e La Palma e só está bem representada em La Gomera¹.

A partir de 1920 as Canárias sofreram um crescimento demográfico espectacular, que na actualidade é superior à média nacional. Simultaneamente, produziram-se movimentos migratórios, cujo resultado foi o aumento da população nas ilhas de Tenerife e Gran Canaria, em Fuerteventura e Lanzarote. Além do mais, é notória uma tendência ao abandono do meio rural interior, e um crescimento dos principais núcleos urbanos e das zonas de atracção turística.

A agricultura tem limitações significativas, fundamentalmente devido à escassez de água e às fortes inclinações dos terrenos, pelo que o seu desenvolvimento se encontra relegado para zonas mais apropriadas. Nas zonas médias e altas ainda se mantém uma policultura tradicional de sequeiro, hoje em dia em acen-tuado declive. No resto proliferaram os cultivos tropicais e forçados orientados para a exportação, que representam 75% da produção agrícola final.

O turismo representa 80% do valor bruto acumulado do sector de serviços, pelo que é a actividade económica mais importante das ilhas. É uma actividade muito dinâmica que nos últimos anos está a registar um forte crescimento. Em 1998 entraram nas Canárias mais de 11 milhões de turistas, procedentes na sua maioria do Reino Unido (29%), Alemanha (25%) e Espanha (17%)⁸.

Quadro administrativo.

As Canárias são uma região com duas províncias, Las Palmas que inclui a Gran Canaria, Lanzarote e Fuerteventura, e Tenerife, com a ilha do mesmo nome, La Palma, Gomera e Hierro.

Desde 1982 é uma região autónoma de Espanha, com plena competência na conservação da natureza. Esta competência é assumida pela "Consejería de Política Territorial y Medio Ambiente". Paralelamente ao trespassse de competências do Estado para a Comunidade Autónoma, teve lugar uma descentralização na própria administração pública Canária, que se traduziu por trespasses e delegação de competências do Governo das Canárias nos "Cabildos Insulares". Nestes une-se a figura de corporação local e de instituição da Comunidade Autónoma. Assim, os Cabildos, além de exercerem as competências inerentes à sua condição de corporação local, são titulares das competências e funções da Comunidade Autónoma. Entre estas últimas, destacam-se os serviços de protecção do ambiente e conservação de espaços protegidos. Outras das competências que foram transferidas para os Cabildos Insulares e de interesse para a rede Natura 2000 são as agências de extensão agrária, o urbanismo, a caça, o turismo e os serviços florestais.

O desenvolvimento da rede Natura 2000 é competência do Centro de Planificação Ambiental, pertencente à "Viceconsejería de Medio Ambiente". Tem sede nas ilhas de Tenerife e Gran Canaria, de onde se atendem cada uma das duas províncias em que se divide a região. É aqui onde se planifica a rede e onde se preparam os planos de ordenamento dos espaços protegidos. No entanto, a gestão destes espaços é competência dos "Cabildos Insulares".

A biodiversidade

Além das condições de insularidade, partilhadas com o resto da região macaronésica, as Canárias contam com uma grande diversidade de ambientes, uma maior extensão e uma proximidade ao continente, o que, no seu conjunto, propiciou os processos evolutivos. Isto deu lugar a um grande número de espécies endémicas, exclusivas das Canárias, que convertem este arquipélago num dos principais centros de biodi-

versidade do planeta (Tabela 1).

Até à data, foram identificadas nas Canárias 14.000 espécies, das quais 25% são autóctones. Delas, 8.500 são animais, com 45% de endemidade. Esta percentagem varia de uns grupos para outros, sendo o mais elevado nos coleópteros, onde 70% são espécies exclusivas destas ilhas (Tabela 8). Entre os vertebrados há 11 répteis, 4 aves e 3 mamíferos. Além disso, haverá que considerar toda a fauna cavernícola associada aos tubos vulcânicos. As ilhas ainda hoje proporcionam novos achados, não só de invertebrados, como também de vertebrados de grande tamanho, como os lagartos gigantes encontrados em Tenerife em 1996 (*Gallotia intermedia*) e em La Gomera em 1999 (*Gallotia gomeraana*), que chegam a atingir 50 cm de comprimento⁹.

Em relação à flora, a diversidade é também muito elevada (Tabela 1), e juntamente com as espécies partilhadas pelas várias ilhas, cada ilha conta por sua vez com as suas próprias espécies endémicas. Por exemplo, na La Gomera há 75 espécies endémicas¹⁰ (Tabela 9).

O monte verde canário, é formado pela laurissilva e a sua forma degradada, o fayal brezal. No seu conjunto não ocupam hoje mais de 18.000 ha, das que só umas 6.000 correspondem a bosques maduros. A melhor mancha de laurissilva, com 3.000 ha, encontra-se protegida pelo Parque Nacional de Garajonay em La Gomera¹⁰.

Conservação da Natureza

O primeiro espaço protegido das Canárias data de 1954, quando se criou o Parque Nacional de Teide. Desde então, a superfície protegida foi aumentando lentamente até 1987, quando se aprovou a Lei de Espaços Protegidos das Canárias, com a qual repentinamente se declararam 104 espaços. Esta Lei foi complementada, nesse mesmo ano, com outras duas relativas ao ordenamento urbanístico. Mais recentemente, em 1994, aprovou-se a Lei de Espaços Naturais das Canárias, que, ao contrário da de 1987, tem um carácter regulador.

Hoje em dia, nas Canárias existem 145 espaços naturais protegidos, que cobrem 40% do território. Além disso, existem duas reservas marinhas de interesse pesqueiro criadas pelo Ministério da Agricultura para proteger os recursos marinhos: Ilha Graciosa em Lanzarote, com 70.700 ha, e Punta de la Restinga-Mar de las Calmas em El Hierro, com 750 ha.

Quanto à conservação de espécies, existem diversas iniciativas. No Jardim Botânico de Las Palmas existe um banco de sementes de espécies de flora endémica e também se desenvolveram vários programas de conservação das espécies de flora ameaçada. Quanto à fauna, desenvolveram-se diversos programas de recuperação de espécies, como por exemplo o do Lagarto Gigante de El Hierro e várias espécies de aves (Tentilhão e Pica-pau-malhado-grande). Alguns destes programas foram co-financiados pelo Life.

A Rede Natura 2000

A Directiva Habitats, aprovada em 1992, tem como objectivo contribuir para a conservação da biodiversidade na União Europeia. Para isso, uma das medidas que habilita, é a criação da rede Natura 2000. Esta rede, que será constituída por uma série de espaços propostos pelos Estados Membros, deve albergar uma amostra representativa e suficiente de uma série de habitats naturais, tal como de uma série de espécies.

Para a constituição da rede Natura, os Estados Membros, tendo em conta a representatividade dos anteriores habitats nos seus territórios, realizam uma proposta de Sítios de Interesse Comunitário, que é enviada à Comissão. Posteriormente, a Comissão, de comum acordo com os Estados Membros, prepara uma lista que se submete à aprovação de um comité. Formarão igualmente parte da rede Natura as Zonas de Protecção Especial para as Aves (ZPE), designadas com tais pela Directiva Aves.

A lista dos Sítios de Interesse Comunitário da região macaronésica, foi remetida à Comissão ao longo de 1996 e de 1997. Posteriormente, foi avaliada e discutida no seu conjunto em dois seminários técnicos, que tiveram lugar nas Canárias (Novembro de 1996) e nos Açores (Junho de 1997). Nas três regiões, a proposta foi submetida a diferentes processos de informação pública, sendo posteriormente aprovada pelos respectivos parlamentos regionais.

A partir da aprovação da lista pela Comissão, as três regiões têm um prazo de 6 anos para designar estas zonas como Zonas Especiais de Conservação, com o que ficará finalmente constituída a rede Natura da região macaronésica.

Responsabilidade das regiões

Antes de passar a analisar quais são as possibilidades existentes de co-financiamento da rede Natura, é necessário estudar quais são as obrigações dos Estados Membros, que nas regiões dos Açores, Madeira e Canárias, dado o grau de autonomia de que gozam, são competência da administração regional.

O objectivo final da Directiva Habitats é contribuir para garantir a biodiversidade na União Europeia, mediante a conservação dos habitats naturais e da flora e fauna silvestres. Para isso, estabelece a criação da rede Natura 2000.

Que medidas se devem adoptar?

O artigo 6 da Directiva é integralmente dedicado às medidas que devem adoptar-se na rede Natura¹². Para as Zonas Especiais de Conservação deverão ser adoptadas as medidas de conservação necessárias para restaurar ou manter os habitats num estado de conservação favorável (Art. 6.1). Estas medidas deverão estar conformes com os requisitos ecológicos de cada habitat e de cada sítio. Também deverão ter-se em conta as exigências económicas, sociais e culturais, assim como as particularidades regionais e locais (Art. 2.3), pelo que, sobretudo, devem ter um carácter integrador.

TABELA 10
Relação entre as obrigações da Directiva e as necessidades para alcançá-los

Obrigações da Directiva	Requisitos e possíveis ferramentas
Manter os habitats num estado favorável (Art 2.2, Art 6.1)	Conhecer o seu estado, funcionamento e necessidades (Investigação) Adopção de medidas adequadas de gestão (Intervenção) Adopção de medidas regulamentares (Regulamentação)
Ter em conta aspectos sociais, culturais e económicos (Art 2.3)	Definição de medidas de integração que permitam um desenvolvimento sustentável (Plano de ordenamento, e gestão, divulgação, sensibilização)
Adoptar as medidas necessárias para prevenir a degradação dos habitats (Art 6.2)	Conhecer os riscos potenciais (Investigação, vigilância) Conhecer a capacidade de carga (Investigação) Adopção de medidas (Plano ordenamento/gestão)
Manter a integridade de LICs y ZECs perante planos e projectos (Art 6.4)	Adopção de medidas de compensação (Avaliação de impacte ambiental, EIA, EAE) (Medidas correctoras)
Vigilância do estado de conservação (Art 11)	(Seguimento) (Investigação)
Possibilidades da Directiva	Requisitos e possíveis instrumentos
Solicitar co-financiamento (não é obrigatório) (Art 8)	Determinar as medidas indispensáveis de conservação e seus custos (Plano de gestão)

Além destas medidas de conservação, os Estados Membros são obrigados a adoptar as medidas regulamentares adequadas, administrativas ou contratuais para cada Zona Especial de Conservação.

Os restantes números do artigo seis (6.2, 6.3, 6.4) especificam as medidas preventivas para evitar a degradação dos habitats, tanto nas Zonas Especiais de Conservação como nos Sítios de Interesse Comunitário (Art.4.4).

Portanto, a Directiva não obriga à adopção de medidas de conservação específicas, pois estas são próprias de cada tipo de habitat e lugar. Não obstante, estabelece uma série de obrigações que implicam certos requisitos para poder ser alcançadas, cujo cumprimento, por sua vez, requer a adopção de medidas que podem concretizar-se (Tabela 10). Estas medidas são muito diversas e vão desde acções eminentemente conservacionistas (gestão do habitat, vigilância) até acções necessárias para a integração e o uso público (informação, divulgação).

Que instrumentos financeiros se prevêem?

O artigo oito da Directiva trata integralmente dos custos das medidas a adoptar e o financiamento dos mesmos. Nele se prevêem os seguintes passos (ver Gráfico):

1. Fazer uma estimativa das acções que requerem co-financiamento.

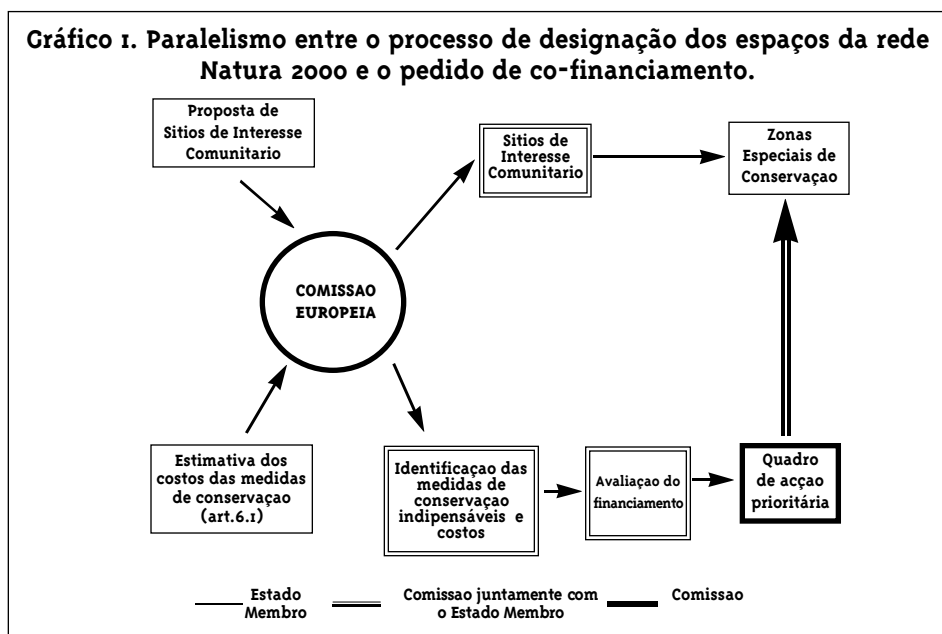
Quando seja pertinente, os Estados Membros devem enviar à Comissão uma estimativa do que considere necessário em relação ao co-financiamento comunitário para permitir-lhes cumprir o artigo 6.1., ou seja, informar sobre as medidas de conservação activa.

2. Determinar as medidas indispensáveis e o seu custo.

Para os Sítios de Importância Comunitária para os quais se solicite co-financiamento, a Comissão determinará as medidas indispensáveis, assim como os custos que derivem de elas.

3. Avaliação do financiamento necessário.

Para a aplicação destas medidas, a Comissão, juntamente com o Estado Membro, fará uma avaliação do financiamento necessário, incluindo o co-financiamento. Para isso, terá em consideração a concentração no Estado Membro de habitats e espécies prioritárias e as taxas impliquem as medidas requeridas. Este aspec-



to requer, de alguma maneira, a definição de um plano de gestão prévio.

4. Adopção de um Quadro de Acção Prioritária.

No caso de o sítio de importância comunitária ter sido designado como zona especial de conservação, e tendo em conta a anterior avaliação, a Comissão adoptará um Quadro de Acção Prioritária das medidas que devam adoptar-se e que suponham um co-financiamento. Para isso, terá em consideração as fontes de financiamento disponíveis de acordo com os instrumentos financeiros comunitários pertinentes.

Portanto, a Directiva não especifica de modo nenhum a constituição de um instrumento financeiro próprio para a rede Natura 2000, mas antes o compromisso da Comissão de apoiar o co-financiamento das medidas que se considerem indispensáveis para cumprir os requisitos da Directiva. A aplicação destas medidas, consideradas indispensáveis, pode, inclusive, ficar bloqueada no caso de o Estado Membro não conseguir o co-financiamento adequado por parte da Comissão.

A rede Natura 2000 nos Açores

A região autónoma dos Açores propôs como Sítios de Interesse Comunitário 23 espaços, que cobrem 10,7% do território regional. No entanto, esta percentagem é muito variável entre as distintas ilhas, e vai desde 47% do Corvo a 0,8% de Graciosa.

Estes espaços incluem as escassas manifestações que ainda restam de laurissilva, diversos territórios de elevado interesse botânico e as principais colónias de aves marinhas.

Contrariamente ao ocorrido na Madeira e nas Canárias, a maior parte dos Sítios de Interesse Comunitário ocupam terrenos que não contam com um estatuto de conservação prévio. Quanto ao regime de propriedade da terra, na maior parte é privada.

TABELA II
Sítios de Interesse Comunitário dos Açores

	Superfície (km ²)	LIC (n)	Superfície terrestre(ha)	% da ilha	Superfície marinha(ha)	Superfície total LICs (ha)
Graciosa	61,2	2	51	0,8	270	321
São Miguel	746,8	3	1.471	1,9	1.530	3.001
Terceira	402,2	2	4.914	12,2	156	5.070
São Jorge	245,8	2	3.531	14,3	466	3.997
Faial	173,1	4	1.997	11,5	561	2.558
Flores	141,7	2	3.236	22,8	932	4.168
Pico	447,7	5	8.941	19,9	828	9.769
Sta. Maria	97,2	3	105	1,0	3.995	4.100
Corvo	17,1	1	805	47,0	176	981
Total	2.333	23	25.051	10,7	8.914	33.965

A rede Natura 2000 na Madeira

27,5% da região da Madeira foi declarada como Sítio de Importância Comunitária, percentagem que coincide com a proposta da ilha principal. A contribuição de Porto Santo é de 8,6%, e as ilhas Selvagens e Desertas estão incluídas na sua totalidade.

Os espaços propostos incluem praticamente a totalidade das manchas de laurissilva, vários territórios de interesse botânico e a maior parte das colónias de aves marinhas e as melhores zonas para o Lobo-marinho.

Grande parte da superfície proposta é de propriedade pública. Da mesma forma, a sua maior parte já está protegida por figuras de protecção preexistentes na região autónoma.

TABELA 12
Sítios de Interesse Comunitário da Madeira

	Superfície (km ²)	LIC (n)	Superfície terrestre(ha)	% da ilha	Superfície marinha(ha)	Superfície total LICs (ha)
Porto Santo	42,7	2	347	8,6		347
Madeira	736,7	7	19.798	26,8	3.245	23.043
Selvagens	3,2	1	320	100	9.135	9.455
Desertas	14,5	1	1.451	100	8.221	9.672
Total	797,1	11	21.916	27,5	20.601	42.517

A rede Natura 2000 nas Canárias

Nas Canárias identificaram-se 173 Sítios de Interesse Comunitário, dos quais 149 são terrestres, 21 marinhos e 3 mistos. As zonas terrestres ocupam 280.469 ha e as marinhas 168.023 ha.

Estes dados correspondem a 37,6% da superfície terrestre regional, que oscilam entre 20,7% de Fuerteventura e 50,1% de La Palma. A maior parte destes Sítios de Interesse Comunitário (86%) coincide com espaços já protegidos por distintas figuras de protecção, e mais de 35% são de propriedade pública. Quanto à superfície marinha proposta como Sítio de Interesse Comunitário, 1,3% coincide com reservas marinhas de interesse pesqueiro, que sem uma figura de conservação da natureza propriamente dita, se encontram dentro de um regime de protecção dos recursos naturais de grande interesse.



TABELA 13
Sítios de Interesse Comunitário das Canárias

	Superfície (km²)	LIC (n)	Superfície terrestre(ha)	% da ilha	Superfície marinha(ha)	Superfície total LICs (ha)
Fuerteventura	1.660	13	34.496	20,7	11.517	46.013
Lanzarote	846	11	27.505	32,5	2.614	30.119
Gran Canaria	1.562	37	62.452	40,0	48.122	110.574
Tenerife	2.034	47	91.254	44,8	42.309	133.563
Hierro	269	8	12.298	45,7	10.055	22.353
Gomera	370	27	16.949	45,8	13.856	30.805
La Palma	708	32	35.512	50,1	10.352	45.864
Canárias	7.242	173	280.469	37,6	168.023	419.291

Principais problemas de conservação da rede Natura na Macaronésia

As condições de insularidade dotam as ilhas de uma grande fragilidade. As actividades humanas destruíram e transformaram significativamente este património, de maneira que grande número destas espécies e habitats se encontram ameaçados. Em seguida expõem-se alguns dos principais problemas de conservação dos habitats e espécies da região macaronésica (Tabela 14).

Fragmentação das manchas de laurissilva

A superfície original coberta pelos bosques de laurissilva encontra-se muito reduzida nas três regiões. Na Madeira ocupa apenas 20% do território, 2% nos Açores e uma percentagem de quase 15% nas melhores ilhas das Canárias. As escassas manchas que ainda sobrevivem encontram-se muito fragmentadas por zonas agrícolas e por plantações florestais.

Pastoreio

A influência do pastoreio sobre a flora macaronésica é muito importante, pois não tem existido uma co-evolução entre as espécies herbívoras e a vegetação, pela inexistência de grandes herbívoros selvagens nas ilhas (coelho, cabras, etc). A flora macaronésica evoluiu, portanto, alheia à pressão dos mamíferos herbívoros e não desenvolveu defesas para tal. Por isso, em muitas ilhas não faz falta chegar a um excesso de pastoreio para que se manifeste o impacto sobre a flora; em muitas ocasiões pode bastar um pastoreio normal.

Por seu lado, o excesso de pastoreio afecta as três regiões em diferente grau. É um problema de grande importância nos Açores, onde o excesso de pastoreio de gado bovino eutrofiza zonas de grande interesse. O excesso de pastoreio de cabras constitui um problema nas zonas de montanha da Madeira, onde impede a recuperação da vegetação autóctone. Também é um problema em Lanzarote e Fuerteventura nas Canárias.

Introdução de espécies exóticas

A introdução de espécies exóticas é um dos principais problemas de conservação nas ilhas. Quando as espécies introduzidas são capazes de se naturalizar, entram em competição com as espécies indígenas e inclusive podem chegar a hibridizar-se. Existem numerosos exemplos deste problema em todas as regiões. Por exemplo, a predação que exercem ratazanas e gatos sobre répteis e aves que nidificam no solo (aves marinhas e pombos da Laurissilva). Os coelhos e cabras também põem em perigo a flora autóctone, além de gerar graves problemas de erosão em certas zonas. Quanto à flora introduzida, o problema pode alcançar grandes dimensões e como exemplo sirvam os registos que indicam que no Parque Nacional de Teide nas Canárias há mais de 83 espécies exóticas acima dos 2000 m, e que mais de 50% da flora vascular dos Açores é exótica.

Desenvolvimento urbano

O desenvolvimento urbano, em grande medida impulsionado pelo turismo, é um problema nas Canárias e começa a registar um incremento na Madeira. A preferência deste sector pela costa levou já à degradação de muitas faixas costeiras. Na Madeira a oferta de alojamento experimentou uma expansão de 41% entre 1990 e 1998, enquanto que nas Canárias já se ultrapassou o valor de 11 milhões de turistas por ano.

TABLA 14
Afectação relativa dos principais problemas de conservação nas três regiões

*Um sinal indica que a afectação está localizada, é incipiente ou de baixa intensidade.
Dois sinais indicam que o problema é relevante*

	Azores	Madeira	Canárias
Fragmentação das manchas de Laurissilva.	✓✓	✓✓	✓✓
Excesso de pastoreio	✓✓	✓	✓
Introdução de espécies exóticas.	✓✓	✓✓	✓✓
Desenvolvimento urbano.	✓	✓	✓✓
Turismo de observação de cetáceos	✓		✓
Excesso de visitantes			✓✓
Aproveitamento dos recursos hídricos		✓	✓✓
Alterações do terreno		✓	✓
Incêndios florestais.		✓	✓✓
Poluição de grutas			✓

Turismo de observação de cetáceos

O turismo marinho é um sector em expansão tendo-se, por exemplo, identificado nas Canárias mais de 30 empresas que se dedicam a esta actividade. O incremento desta actividade centrada na observação de cetáceos é uma preocupação emergente nos Açores e nas Canárias.

Excesso de visitantes

Não há dúvida que os espaços naturais despertam a atenção do turista. O acesso descontrolado de turistas, o uso de veículos todo-o-terreno, e um número excessivo de visitantes conduzem à degradação dos espaços naturais. A região das Canárias é pródiga em exemplos deste tipo, o que não é de estranhar, dada a grande afluência de visitantes e o grande número de espaços naturais.

Aproveitamento dos recursos hídricos

Em algumas zonas de grande aridez, os recursos hídricos superficiais são aproveitados ao máximo para a agricultura. Isto conduziu à modificação de alguns ecossistemas e limita a distribuição de algumas espécies. Nas Canárias, por exemplo, foi necessário habilitar bebedouros artificiais para as aves, dado que já não existem recursos superficiais.

Alterações do terreno

Algumas destas ilhas têm fortes inclinações, pelo que são muito sensíveis às grandes obras de engenharia onde seja necessário fazer grandes movimentações de terras, como estradas e canalizações. Algumas destas obras afectaram negativamente certas espécies de flora.

Incêndios florestais

Os incêndios florestais podem alcançar grandes proporções e provocar o desaparecimento de algumas espécies autóctones.

Poluição de grutas

A descarga de águas poluídas e a poluição difusa de origem agrícola pode contaminar os tubos vulcânicos, onde habita uma interessante fauna de invertebrados, muitos deles autóctones. Nas Canárias já existem exemplos deste processo, como na gruta do Viento de Sobrado, um complexo de tubos vulcânicos com mais de 17 Km de longitude, uns dos maiores do mundo, onde até à data se identificaram 147 espécies de invertebrados cavernícolas, na sua grande maioria autóctones.

INFORMAÇÃO NA INTERNET

Legislação (em português)

<http://europa.eu.int/comm/environment/nature/legis.html>

A rede Natura 2000 em Portugal

http://www.icn.pt/outros/natura/nat_fram.html

Os espaços da rede Natura 2000 em Portugal

<http://www.icn.pt/sipnat/sipnat4.html>

A rede Natura 2000 em Espanha

http://www.mma.es/INTERNET/GENERAL/dgcn/biodiversidad/naturalia/naturalia_hispanica.html

A rede Natura 2000 nas Canárias

<http://www.gobcan.es/medioambiente/biodiversidad/ceplam/areasprotegidas/rednatura.html>

Instrumentos financeiros para a Rede Natura 2000 na região macaronésica

J

á mencionamos antes que a Directiva Habitats não prevê a habilitação de um fundo específico para a rede Natura 2000, mas antes a criação de um quadro adequado de co-financiamento. Não obstante, e à margem deste futuro Quadro, já existe uma grande diversidade de instrumentos financeiros que podem ser utilizados para financiar a rede Natura 2000. Os principais instrumentos para o período 2000-2006 são:

- a programação dos fundos estruturais de iniciativa nacional
- a programação dos fundos estruturais de iniciativa comunitária, fundamentalmente Leader + e Interreg III.
- Life III

De todos eles, o único específico para a conservação da natureza é o Life III, instrumento que conta com uma larga experiência e reputação, e que foi amplamente utilizado em toda a região Macaronésica.

Os restantes, que constituem os mais importantes em quanto a orçamentos, estão planeados para lograr a coesão económica e social da União Europeia. O seu uso para financiar acções de conservação da natureza é, no entanto, possível, e assim o fizeram em maior ou menor medida muitos dos Estados Membros.^{13,14}

Os estudos realizados no âmbito deste projecto nas três regiões, demonstram que o seu uso nas três regiões consideradas foi muito escasso.

Nas secções que se seguem faz-se uma breve introdução a estes instrumentos e ilustram-se com exemplos reais as possibilidades que oferecem para o futuro.

Os fundos estruturais de iniciativa nacional

Introdução

Nesta epígrafe engloba-se a programação estrutural que é definida e proposta à Comissão pelos Estados Membros para impulsionar o desenvolvimento regional. Constitui a programação mais importante em todos os sentidos, pois absorve 95% do orçamento total dos fundos estruturais.

Os fundos estruturais são quatro (Quadro 2). Cada um tem o seu próprio regulamento, onde se especificam as acções que são financiáveis. No caso do FEDER¹⁵, FSE¹⁶ e IFOP¹⁷, os regulamentos facultam orientações sobre as acções financiáveis (Tabela 15). Um capítulo aparte merece o FEOGA, que com a reforma dos fundos estruturais se articula com o Regulamento de Desenvolvimento Rural¹⁸, onde se especificam com maior pormenor as acções financiáveis (Tabela 16). Este regulamento reúne muitas acções que anteriormente se encontravam dispersas por vários regulamentos, como por exemplo a indemnização compensatória por zona desfavorecida ou as medidas agro-ambientais.

Para compreender as acções estruturais, além dos quatro fundos estruturais e das acções que cada um deles pode financiar, há que ter em conta que a programação no seu conjunto põe em foco a consecução de três grandes objectivos regionalizados¹⁹ (Quadro 3). As regiões das Canárias, Madeira e Açores, são regiões do objectivo 1, pelo que são prioritárias no momento de aplicação dos recursos estruturais.

QUADRO 2

Os fundos estruturais

O FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional destina-se a corrigir os principais desequilíbrios regionais e a participar no desenvolvimento e reconversão das regiões. Dentro deste contexto, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável. Participa no financiamento de investimentos produtivos que criem emprego, investimentos em infra-estruturas e o desenvolvimento do potencial endógeno apoiando as iniciativas de desenvolvimento local e as pequenas e médias empresas. O regulamento especifica que pode apoiar a protecção do património natural, com a condição de que crie emprego duradouro, e a protecção e melhoria do ambiente (Quadro 9).

O FEOGA, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola. Este fundo tem duas vertentes. Na sua versão "garantia" está fundamentalmente orientado para o financiamento dos preços agrícolas. A versão "orientação" financia as actividades agrárias e a sua

reconversão a favor de um desenvolvimento rural sustentável. As ajudas podem ser muito variadas, algumas de grande interesse para a conservação da natureza, como as medidas agro-ambientais e as ajudas à silvicultura (Tabela 16; Quadros 5, 6 e 7).

O FSE, Fundo Social Europeu. Apoiar medidas de prevenção e luta contra o desemprego, de desenvolvimento dos recursos humanos e de integração no mundo laboral. Entre as actividades financiáveis encontram-se a formação e o desenvolvimento de novas formas de emprego.

O IFOP, Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca. Entre as acções onde centra as suas iniciativas cabe destacar a contribuição para alcançar um equilíbrio duradouro entre os recursos pesqueiros e a sua exploração, contribuir para a revitalização das zonas que dependem da pesca e da aquacultura. Isto inclui a protecção dos recursos pesqueiros em águas costeiras (Quadro 8).

Formas de intervenção

A nova programação estrutural para o período 2000-2006, teve o seu início em Novembro de 1999, quando os Estados Membros apresentaram à Comissão os Planos de Desenvolvimento Regional para as regiões do objectivo 1. Dado que os Açores, Madeira e Canárias são regiões autónomas com competências em matéria de desenvolvimento regional, são as autoridades competentes destas regiões que preparam e aplicam a correspondente programação estrutural.

Nos Planos de Desenvolvimento Regional faz-se uma análise das principais deficiências e potencialidades para o desenvolvimento regional, e em função do mesmo propõe-se uma estratégia para alcançar uma série de objectivos que contribuam para o progresso socio-económico da região, incluindo um orçamento e um plano de financiamento.

QUADRO 3

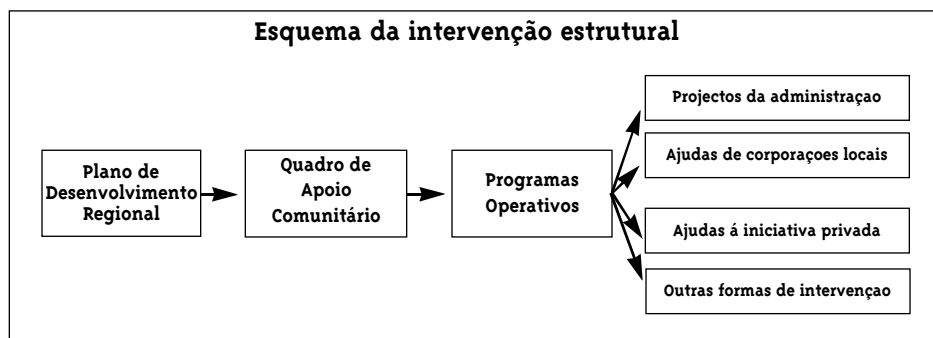
As regiões objectivo

Objectivo 1. Promove o desenvolvimento e o ajuste estrutural das regiões menos desenvolvidas. Aqui se incluem as regiões com um produto interno bruto per capita inferior a 75% da média comunitária. Também se incluem as regiões ultraperiféricas, entre elas os Açores, Madeira e Canárias, que, além do mais, cumprem o primeiro critério.

Objectivo 2. Apoiar a reconversão económica e social de zonas com deficiências

estruturais. São zonas com problemas estruturais no sector industrial e de serviços, zonas rurais em abandono, determinadas zonas urbanas e as zonas em crise dependentes do sector pesqueiro. Exclui as zonas adscritas ao objectivo 1.

Objectivo 3. Fomenta a adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, formação e emprego. O seu âmbito de actuação exclui as do objectivo 2.



Estes Planos são apresentados à Comissão, onde são avaliados em função da sua coerência com os objectivos da correspondente regulamentação. Sobrevem então um período de negociações que culmina com a aprovação um Quadro de Apoio Comunitário. Este documento, que tem carácter contratual, é o que marca o posterior desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Regional.

Uma vez aprovado o Quadro de Apoio Comunitário, regra geral, a sua aplicação sobre o território tem lugar sob a forma de Programa Operativo (ver Gráfico). Estes são documentos de programação mais específicos, onde se especificam com maior rigor os objectivos, os orçamentos e a forma final de intervenção. É aqui onde, em última instância, se define a aplicação da programação e, por tanto, onde se possibilita a sua utilização pelos diversos agentes implicados, assim como o uso a favor de determinados interesses.

Possibilidades de co-financiamento da rede Natura 2000

Durante a elaboração deste manual ainda não tinham sido apresentados os novos Programas Operativos, pelo que não foi sido possível fazer uma aproximação mais detalhada sobre a sua possível incidência sobre a rede Natura 2000.

No entanto, é de esperar que os valores orçamentais directamente aplicáveis pelas autoridades ambientais para a rede Natura 2000 serão escassos, pelo que é indispensável, e, além do mais, necessário, procurar um uso integrado das distintas fontes de financiamento onde participem os diferentes agentes implicados, tanto sejam públicos como privados. Entre estes cabe destacar o sector agrícola e pecuário, a pesca, o turismo e as associações locais, todos eles com implicações muito diferentes na aplicação e conservação da rede Natura 2000 na região Macaronésica.

Há que ter em conta que nos Programas Operativos se define com maior detalhe como terá lugar a operação, ou seja, o que posteriormente terão que desenvolver as autoridades competentes para levar à prática a programação (Quadro 4). Todos estes detalhes podem ter uma grande incidência ambiental sobre o território e, portanto, a sua modulação deveria constituir um desafio para as autoridades ambientais.

Vemos, portanto, que a articulação final da programação estrutural é determinante para alcançar objectivos ambientais, que deverão ir mais além do mero aumento da superfície ocupada pelo arvoredo.

Esta mesma argumentação pode tornar-se extensiva ao resto dos objectivos da programação, de maneira que uma correcta integração ambiental é necessária para tirar proveito de todo o seu potencial.

As actividades que os fundos estruturais podem financiar são muito diversas e em grande parte dependem da capacidade de imaginação. A seguir indicam-se algumas das possibilidades que oferecem o FEDER, FSE e IFOP.

Quanto às actividades que o FEOGA pode financiar, estão melhor especificadas que as anteriores no Regulamento de Desenvolvimento Rural.

QUADRO 4

Exemplo de aplicação de diversas ajudas para alcançar um mesmo objectivo

Um dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Regional pode ser a luta contra a erosão, o que pode articular-se de muitas formas:

- Reflorestação de áreas florestais públicas, para o que a administração lançará um concurso público ou contratará uma empresa pública.
- Reflorestar terrenos baldios, para o que definirá uma linha de ajuda dirigida aos seus proprietários (ajudas florestais)
- Reconversão de terrenos agrícolas em florestais para o que definirá uma ajuda dirigida aos agricultores (reflorestação de terras agrárias).
- Primar a reflorestação com espécies autóctones, oferecendo ajudas de maior quantia para estas espécies.

- Primar a reflorestação de determinados territórios, com o que limitará o acesso a estas ajudas aos mesmos, ou elevando as ajudas nestas zonas.

- Reduzir a intensidade de pastoreio, mediante uma série de ajudas por perdas de rendimento (medidas agro-ambientais) ou eliminando determinados financiamentos (ajudas compensatórias em zonas desfavorecidas)

Apesar de que as autoridades ambientais talvez só tenham competências executivas sobre o primeiro tipo de intervenção, a verdade é que todas têm repercussões ambientais, e que a sua efectividade final dependerá de alguns pormenores. Por isso se torna tão necessária a integração das autoridades ambientais em todo este processo.

TABELA 15

Possibilidades de interesse para a rede Natura 2000 que se podem incluir em algumas das medidas principais criadas na programação estrutural

MEDIDAS FEDER	POSSIBILIDADES DE INTERESSE
Transporte Turismo Ambiente	Medidas mitigadoras de infra-estruturas em espaços da rede Natura Infra-estruturas de uso público, sinalização, folhetos divulgativos Infra-estruturas de conservação da natureza (centros de recuperação, sinalização, casas de vigilância)
Telecomunicações Água Investigação FSE	Rede de comunicações que unam todos os espaços Adequação de canais como bebedouros Infra-estruturas de investigação da rede Natura
Investigação Formação	Investigação aplicada (capacidade de carga, indicadores para o seguimento de rede Natura, uso sustentável, etc.) Cursos para a formação de guardas, guias turísticos, centros de informação. Cursos para a formação de operadores turísticos, administração local, pescadores, etc. no aproveitamento sustentável do potencial endógeno
IFOP Reservas marinhas Investigação	Equipas de vigilância, balizamento, sinalização, substituição de artes de pesca por outras mais selectivas Impacto das reservas marinhas sobre o ecossistema

TABELA 16
Medidas contempladas no regulamento de desenvolvimento rural de interesse para a rede Natura 2000.

MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	POSSIBILIDADES DE INTERESSE
Formação	Guias de espaços protegidos Turismo sustentável Vigilância Gestão de habitats Sistemas agrícolas compatíveis com o ambiente
Reforma antecipada	Dedicar terras agrárias à conservação da natureza
Zonas desfavorecidas	Compensação aos agricultores de zonas protegidas Reduzir pastoreio excessivo
Medidas agro-ambientais	Conservação de habitats Conservação de espécies Conservação de paisagens Redução da erosão, pastoreio excessivo, consumo de recursos, etc. Ordenamento ambiental da produção agrária
Melhoria da transformação e comercialização de produtos agrários	Aplicação de novas tecnologias Melhoria da qualidade Protecção do ambiente (contaminação agrícola)
Silvicultura	Repopoamento florestal de terras não agrícolas Repopoamento florestal de terras agrícolas Melhoria do valor ecológico e social da floresta Uso sustentável das florestas Prevenção de incêndios Contratos para manutenção da função ecológica dos bosques Viveiros
Fomento da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais	Comercialização de produtos agrícolas de qualidade Protecção e conservação do património rural (paisagem) Diversificação de actividades (turismo) Turismo em espaços protegidos Protecção ambiental
Investigação	Aproveitamento sustentável dos recursos Técnicas de repovoamento florestal

QUADRO 5

Exemplo de financiamento específico para a conservação da natureza no programa operativo do FEOGA

Durante o período anterior de programação de 94-99, algumas regiões autónomas espanholas aplicaram uma linha de financiamento específica para a conservação da natureza dentro do programa operativo do FEOGA. Uma destas regiões foi a das Canárias, com a medida "Conservação da biodiversidade: espaços naturais protegidos e vida silvestre", com um orçamento total de

9,77 MEuros. Esta medida foi utilizada para financiar determinadas infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento de alguns planos de recuperação de espécies, como o do Lagarto Gigante de Hierro, Pinzón Azul e o Tentilhão. Também foi utilizado para construir cercados em algumas zonas protegidas e proceder à recolha de resíduos em alguns espaços protegidos.

QUADRO 6

Exemplo de utilização de medidas agro-ambientais nos Açores

Um dos problemas para algumas zonas dos Açores é o pastoreio excessivo de gado bovino, que empobrece as pastagens e eutrofiza as águas. Com o fim de fazer frente a este problema, aplicou-se uma medida agro-ambiental, com compensações até cerca de 170 Euro/ha/ano, para os produtores que reduzis-

sem o encabeçamento de 4 Cabeças Normais por hectare para 0,6-1,4 Cabeças Normais por hectare, a concentração de nitratos no solo e o número de ceifas de 2 para 1. Até finais de 1998 tinham-se candidatado a este programa um total de 1.394 agricultores para uma área de 21.874 ha²⁰.

QUADRO 7

Exemplo de utilização das medidas agro-ambientais na Madeira

O pastoreio de cabras e ovelhas nas zonas de maior altitude da Madeira, é uma prática ancestral que se desenvolveu sem regras até aos nossos dias. Em algumas zonas este tipo de aproveitamento supõe um entrave à recuperação da flora autóctone. Por isso, a partir de 1994 a Direcção Regional das Florestas aplicou

uma medida específica, no âmbito das medidas agro-ambientais, destinada a incentivar a redução do pastoreio livre nestas zonas. O montante das ajudas que se oferecem aos produtores que subscrevam os compromissos durante cinco anos é de cerca de 38 Euro por cabeça de gado e ano.

QUADRO 8

Exemplo de financiamento de reservas marinhas com o IFOP

O programa operativo do IFOP 94-99, gerido pelo Ministério da Agricultura, contém uma medida específica para a criação de reservas marinhas de interesse pesqueiro. Desde que entrou em vigor em 1994, criaram-se duas reservas marinhas nas Canárias, Ilha da Graciosa em Lanzarote, com 70.100 ha e Punta de la Restinga-Mar de Las Calmas em El Hierro, com 750 ha.

Estas reservas incluem algumas zonas marinhas incluídas na rede Natura, e apesar de o seu objectivo ser a protecção dos recursos marin-

hos, as actividades pesqueiras no seu interior encontram-se restringidas às artes mais selectivas e aos pescadores com direitos históricos. Desta maneira, além de se conseguir uma recuperação espectacular da fauna marinha, mantêm-se postos de trabalho e aumentam-se inclusive os rendimentos dos pescadores que fazem faina no seu interior.

O IFOP financiou as infra-estruturas necessárias para as reservas, como por exemplo barcos de vigilância, cartazes informativos situados em 11 portos pesqueiros e desportivos, etc.

QUADRO 9

Exemplo de recuperação de antigos caminhos para uso público

A iniciativa REGIS, já em desuso, e através da parte co-financiada com fundos FEDER, financiou a reabilitação de antigos caminhos rurais nos espaços protegidos das Canárias para uso público e educação ambiental. A medida

incluiu a publicação de um guia de ditos caminhos para cada ilha. No total investiram-se nesta acção 18 MEuro. Alguns destes caminhos estiveram posteriormente na base de alguns projectos Leader.

INFORMAÇÃO NA INTERNET

Regulamentos gerais dos fundos estruturais, FEDER, FSE, IFOP e regulamento de desenvolvimento rural (em português)

http://www.inforegio.cec.eu.int/wbdoc/docoffic/sf20002006/regul_pt.htm

Mais informação sobre o regulamento de desenvolvimento rural (em português)

http://europa.eu.int/comm/dg06/rur/index_pt.htm



Os arquipélagos macaronésicos ainda mantêm zonas importantes para a conservação dos cetáceos, algumas das quais foram propostas como Sítio de Interesse Comunitário. Nos Açores e Madeira a actividade baleeira persistiu até aos anos 80

As iniciativas comunitárias

Em relação a determinados aspectos fundamentais na prossecução da coesão económica e social da União Europeia, a Comissão considera que não estão suficientemente cobertos pelas programações nacionais. Para contribuir para a supressão desta deficiência, a Comissão propõe uma série de instrumentos específicos, que são as denominadas iniciativas comunitárias. Para a sua execução reservou 5% do orçamento dos fundos estruturais.

Durante o período de programação anterior (94-99) houveram um total de 14 iniciativas comunitárias, algumas das quais foram de aplicação na região Macaronésica (Leader, Regis, Pesca, Interreg II-C, etc.). No

TABELA 17
Objectivos das novas iniciativas comunitárias

Objectivo	Iniciativa
Cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional	Interreg-III
Desenvolvimento rural	Leader +
Cooperação transnacional na luta contra a discriminação e a desigualdade no mercado de trabalho	Equal
Zonas urbanas em crise	Urban

Instrumentos financeiros

entanto, com o desenvolvimento das recomendações da Agenda 2000, para o período 2000-2006 as iniciativas comunitárias têm sido reduzidas a quatro, cada uma delas com objectivos bem definidos (Tabela 17). Apesar de algumas delas já existirem anteriormente, como Leader e Interreg, sofreram profundas modificações, que conduziram inclusive à incorporação da rede Natura 2000 entre as suas prioridades.

Para a aplicação das iniciativas, a Comissão adopta uma série de orientações para cada uma delas. Isto permite aos Estados Membros preparar uma série de programas, que são apresentados à Comissão para a sua aprovação.

Durante o último período de programação, iniciativas comunitárias tão variadas como Regis, Leader, Interreg ou Adapt foram utilizadas para a conservação da natureza, cada uma no seu respectivo âmbito de actuação. Isto demonstra, uma vez mais, que as suas possibilidades reais não só dependem das respectivas regulamentações, mas também da imaginação.

De entre as novas iniciativas para o período 2000-2006, as mais interessantes para a rede Natura são Leader + e Interreg III, em cujos regulamentos inclusive é referida como umas das áreas com mais interesse. Poderá, no entanto, ser também pertinente a iniciativa Equal.

INTERREG III

Introdução

A iniciativa Interreg não foi aplicada nas regiões dos Açores, Madeira e Canárias, até finais de 1995, quando se articulou um novo capítulo de Interreg denominado Interreg II-C. Até então, as regiões ultraperiféricas contavam com uma iniciativa específica denominada Regis.

Os objectivos da nova iniciativa Interreg III para o período 2000-2006 são: evitar que as zonas fronteiriças constituam uma barreira ao desenvolvimento equilibrado, e contribuir para a integração do território da UE²¹. Para isso, contempla três grandes capítulos de acções:

A) Cooperação Transfronteiriça, mediante o fomento de um desenvolvimento regional integrado nas regiões fronteiriças. É o capítulo com o orçamento mais elevado, e em que as regiões macaronésicas não são elegíveis.

B) Cooperação Transnacional, para contribuir para um desenvolvimento territorial harmonioso na União Europeia

C) Cooperação inter-regional, através da melhoria das políticas e das técnicas de desenvolvimento regional e das políticas de coesão

Aplicação à região macaronésica

As regiões das Canárias, Madeira e Açores só podem participar nos capítulos B e C do Interreg, sendo o B, relativo a cooperação transnacional, o que terá maior peso orçamental. Neste sentido, o Interreg III prestará maior atenção ao fomento da cooperação nas regiões ultraperiféricas, o que afecta aos Açores Madeira e Canárias.

Para alcançar os objectivos do Interreg, esta iniciativa redir-se-á pelos seguintes princípios:

- Estratégias e programas de desenvolvimento conjuntos

Para que a Comissão aceite uma estratégia transfronteiriça ou transnacional, é necessário que tenha sido desenvolvida de forma conjunta. Todas as medidas previstas deverão basear-se nesta estratégia e demons-



trar o seu valor acrescentado.

Além do mais, as acções seleccionadas para a aplicação do programa deverão ser claramente de carácter transnacional. Isto quer dizer que só elegíveis para cop-financiamento aqueles projectos que tenham sido seleccionados e venham a ser desenvolvidos de forma conjunta, tanto seja em dois ou mais Estados Membros ou um só,mas com efeitos significativos sobre o outro.

Do mesmo modo, a programação deverá ter em conta os princípios gerais das políticas comunitárias e dos fundos estruturais. Neste sentido, haverá que destacar as acções que contribuam para a criação de emprego, para melhorar a competitividade e desenvolver ou introduzir políticas de desenvolvimento sustentável.

- Aproximação ascendente e associação

Os programas Interreg deverão desenvolver-se em associação, não só com sócios institucionais (nacionais, regionais e locais),mas também de outro tipo (económicos, sociais, ONGs, etc.).Esta associação deverá existir em todo o processo de definição e aplicação do programa.

- Complementaridade com a linha dos fundos estruturais

A programação deverá ser complementar às medidas da correspondente programação estrutural.

- Aproximação integrada

Para uma maior agilidade, os novos regulamentos permitem ao FEDER financiar medidas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento dos recursos humanos elegíveis, que até agora só eram elegíveis pelo FEOGA e FSE, respectivamente.

- Coordenação entre Interreg e os instrumentos de ajuda externa.

Deve assegurar-se a coerência e a sincronização do Interreg com outros instrumentos financeiros.

Capítulo B. Cooperação Transnacional

O seu objectivo é fomentar uma maior integração territorial na Comunidade mediante a cooperação transnacional entre as autoridades nacionais, regionais e locais.

Para a sua aplicação delimitaram-se uma série de zonas, para as quais é necessário elaborar um único programa.Uma destas zonas engloba exclusivamente as regiões dos Açores, Madeira e Canárias.

Para o desenvolvimento dos programas destros deste capítulo, as prioridades estabelecidas pela Comissão são:

- elaborar estratégias operativas de desenvolvimento territorial, o que pode incluir a cooperação entre zonas rurais e urbanas.

- promover sistemas de transporte sustentável e o acesso à sociedade da informação.



- fomentar a conservação do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais.
- promover a integração das regiões marítimas e insulares.
- fomentar a cooperação integrada das regiões ultraperiféricas.

Entre as recomendações da Comissão relativas à prioridade do ambiente, incluem-se:

- Contribuição para o desenvolvimento da rede Natura 2000, unindo as zonas protegidas.
- Reabilitação das paisagens culturais degradadas pela actividade humana, incluindo as zonas degradadas por abandono da actividade agrícola
- Gestão coordenada das águas litorais.

Preparação dos programas

Com base nas atribuições financeiras de cada Estado membro, preparam-se as propostas de programa que seao preparadas por comités transfronteiriços ou transnacionais conjuntos, ou por outros organismos constituídos para o efeito feito.

Para elaborar um programa para este capítulo, e que tenha em conta os princípios do Interreg III, fazem falta estruturas comuns para a sua preparação, gestão e aplicação.

As propostas poderao apresentar-se para cada capítulo separadamente ou de forma conjunta para os três, e assumiriam a forma de documento único de programação (DOCUP). Ou seja, devem incluir os seguintes capítulos:

- Uma avaliação prévia, incluindo o seu impacto sobre o ambiente.
- Um relatório sobre o processo de programação conjunta.
- Um relatório sobre a estratégia conjunta e as prioridades para o desenvolvimento da zona geográfica coberta pelo programa.
- Uma descrição de cada subprograma, incluindo as medidas previstas.
- Um plano financeiro.
- Recursos para a aplicação do programa, incluindo a autoridade gestora, os responsáveis pelos pagamentos, um comité de seguimento.
- Os sistemas de gestão e seguimento.

Capítulo C. Cooperação inter-regional

O objectivo deste capítulo é melhorar a eficácia das políticas e instrumentos de desenvolvimento e coesão regionais, mediante a conexão em redes, sobretudo nas regioes menos desenvolvidas (objectivo 1)

QUADRO 10

Exemplo de um programa Interreg de conservação da natureza

Dado que o capítulo Interreg II-C, o único a que puderam aceder as regiões dos Açores, Madeira e Canárias, foi desenvolvido a partir de 1995, quase não existem exemplos de interesse para a rede Natura 2000. Por isso, remiti-mo-nos, como exemplo, à experiência desenvolvida entre dois espaços protegidos de Portugal e Espanha, o Parque Nacional da Peneda-Gêres e o Parque Natural de Baixa Limia-Serra do Xurés.

Durante o período 94-99, desenvolveu-se um projecto Interreg, de que era beneficiário o Parque de Baixa Limia, dirigido à conservação da natureza. Dito projecto incorporava um importante capítulo de desenvolvimento rural, pois os ecossistemas da zona encontram-se intimamente relacionados com os usos tradicionais.

O programa foi utilizado para¹⁴:

- Implantar a figura do Parque na zona, para o que, entre outras coisas, se adquiriu uma

sede para os serviços do Parque.

- Uso público. Na parte baixa da sede do Parque habilitou-se um centro de informação e de interpretação. Também se adaptaram os postos fronteiriços entre Espanha e Portugal como centros de informação e habilitaram-se alguns refúgios de montanha, caminhos e colocaram-se placas de sinalização.

- Desenvolver um programa de reintrodução da Cabra-montês, extinta na zona desde finais do século XIX. Além de se terem libertado vários exemplares, também se adquiriram 658 ha de terrenos.

- Recuperação da floresta autóctone, para o que se realizaram trabalhos silvícolas em 200 ha e se reflorestaram outros 100 ha.

- Estudo para a conservação e gestão do lobo. Estudo das populações de aves de rapina.

- Edição de um boletim para fomentar a gestão coordenada de ambos os espaços.

INFORMAÇÃO NA INTERNET

Interreg-III (em português)

http://www.inforegio.cec.eu.int/wbdoc/docoffic/official/interreg3/index_pt.htm

Dentro deste capítulo são elegíveis todos os territórios da Comunidade, pelo que podem participar nele as regiões macaronésicas. Os temas prioritários serão propostos pela Comissão e incluirão um apartado de ambiente. Este capítulo pretende também prestar uma atenção particular às regiões ultraperiféricas.

Preparação dos programas

Baseando-se nas zonas de cooperação, uma das quais ocupa a região macaronésica, os Estados Membros elaborarão conjuntamente um programa de cooperação inter-regional por zonas. Estes programas poderão desenvolver-se para cada zona, ou como um capítulo específico dentro da programação do capítulo B.

Para cada programa existirá uma autoridade de gestão, que será a encarregue de realizar as convocações de propostas e da selecção das mesmas.

Oportunidades para a Rede Natura 2000

Os espaços da rede Natura 2000 da região macaronésica partilham muitos problemas e potencialidades e as experiências de uma região podem ser de interesse noutra. Por exemplo, as tarefas de eliminação de espécies exóticas levadas a cabo no Parque Natural da Madeira (coelhos, ratazanas e plantas). A gestão do

Instrumentos financeiros

turismo de natureza em alguns espaços das Canárias, ou a elaboração de planos de gestão para espaços marinhos e costeiros dos Açores.

Por isso, existe uma boa oportunidade para desenvolver projectos conjuntos, onde se intercambiarão experiências e se desenvolverão em conjunto o potencial da rede Natura da região (Quadro 10).

O LEADER +

As anteriores experiências com o Leader I e II demonstraram a sua efectividade na revitalização das zonas rurais por iniciativa dos próprios agentes locais. Por isso, o objectivo do novo Leader + continua a incitar os agentes do mundo rural a desenvolver o potencial dos seus territórios numa perspectiva a longo prazo²². Além disso, fomentará as estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável que influenciem a política de desenvolvimento rural da União Europeia, para:

- valorizar o património natural e cultural
- melhorar o contexto económico para contribuir para a criação de emprego
- melhorar a capacidade de organização das respectivas comunidades

Os beneficiários da iniciativa Leader são os Grupos de Acção Local. Estes actuam como transmissores de uma estratégia de desenvolvimento e encarregam-se da sua aplicação. Estes grupos são formados por um conjunto equilibrado e representativo dos interlocutores dos diferentes sectores socio-económicos do território e, portanto, deverão estar implantados a nível local.

Para a aplicação da iniciativa, cada Estado Membro deve apresentar à Comissão uma proposta de programa de iniciativa comunitária, que é elaborada pelas autoridades competentes. O seu conteúdo será similar ao dos programas operativos ou documentos únicos de programação, e entre os seus conteúdos deve indicar o número de grupos de acção local que se pensa seleccionar. Posteriormente, mediante um processo de licitação, seleccionam-se os grupos de acção local que teriam a oportunidade de gerir ditos programas.

O novo Leader articula-se em torno a três capítulos, os dois primeiros de grande interesse para a rede Natura (Quadros 11 e 19).

1. Apoio às estratégias de desenvolvimento rural, integradas, de carácter piloto.

Como no anterior Leader II, este capítulo e o seguinte só serão de aplicação em determinados territórios rurais, de reduzida extensão e que formem um conjunto homogéneo do ponto de vista físico, económico e social. No entanto, os critérios finais para a sua selecção estarão a cargo de cada Estado Membro.

Neste capítulo deve aplicar-se uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável, e de carácter piloto, com capacidade para reunir os distintos agentes e projectos em redor de um aspecto aglutinador específico de cada região. Um dos aspectos aglutinadores considerados pela Comissão como sendo mais importante é a valorização dos recursos naturais e culturais, incluindo os Sítios de Interesse Comunitário da rede Natura 2000.

Os planos de desenvolvimento que os Grupos de Acção Local devem apresentar, deverão demonstrar como a estratégia proposta se articula em torno dos aspectos seleccionados. É aqui onde as autoridades responsáveis pela rede Natura têm um primeiro grande campo de acção, oferecendo a ditos Grupos a informação ou as directrizes adequadas para que possam desenvolver acções de desenvolvimento conformes com as características de cada Sítio de Interesse Comunitário.

A Comissão também dá muita importância ao carácter piloto da estratégia, no sentido de apoiar estratégias de desenvolvimento rural originais e ambiciosas. Neste sentido, considera importantes os

seguintes aspectos:

- o aparecimento de novos produtos e serviços com rasgos específicos locais
- estabelecer novos métodos para combinar os recursos humanos, naturais e financeiros do território para uma exploração mais eficaz do potencial endógeno
- relacionar sectores da economia entre os quais tradicionalmente se produzem confrontos
- criar novas formas de organização e participação no processo de tomada de decisões

No campo da inovação há muito por fazer em relação à rede Natura 2000, pelo que é de esperar que muitas das estratégias que apresentem os Grupos de Acção Local estejam relacionadas com ela.

Por último, a estratégia tem que demonstrar a possibilidade de transferir os métodos propostos para outras zonas, e a sua complementaridade com outras intervenções e programas que se apliquem na região.

CUADRO II

Exemplos de projectos de interesse para a rede Natura financiados pela iniciativa Leader

Promoção do uso público.

O Leader desenvolvido em Tenerife (Canárias) financiou um projecto destinado a fomentar actividades de natureza em Granadilla. O projecto, com um orçamento total de 300.506 Euro, foi desenvolvido pela empresa Ecotour S.L. e consistiu na criação de um centro de interpretação do meio rural e na organização de visitas guiadas num espaço natural protegido. Para as visitas aproveitou-se uma rede de antigos caminhos que previamente tinham sido restaurados com a iniciativa Regis. Este projecto permitiu a criação de 16 postos de trabalho.

Os grupos de acção local operacionais na Madeira, ADRAMA e ACAPORAMA, desenvolveram algumas acções isoladas relacionadas com a rede Natura 2000 e em coordenação com

o Parque Natural. Assim, a recuperação de uma levada (sistema de canalização de água para irrigação e abastecimento de origem centenar), ou a recuperação e sinalização de caminhos de montanha para o turismo de natureza, constituem uma boa amostra do que se pode fazer pela Rede Natura por iniciativa local.

Consciencialização e educação

Em São Jorge (Açores) o Leader co-financiou uma acção de sensibilização para a conservação do Cagarro (Calonectris diomedea). Este projecto, desenvolvido pela Associação da Juventude de Defesa do Património Histórico Cultural e Natural de São Jorge, consiste numa exposição itinerante, que percorrerá todas as escolas das ilhas dos Açores, e posteriormente será transferida para a Madeira

INFORMAÇÃO NA INTERNET

Informação geral sobre Leader + (em português)

http://europa.eu.int/comm/dg06/rur/leaderplus/index_pt.htm

Observatório europeu Leader (em português)

<http://www.rural-europe.aeidl.be/rural-pt/index.html>

Unidade Espanhola do Observatório Europeu Leader

<http://redrural.tragsatec.es/redrural/java/inicio.htm>

Unidade Portuguesa do Observatório Europeu Leader

<http://www.inde.pt/>

2. Apoio à cooperação entre territórios rurais.

O objectivo deste capítulo é fomentar a cooperação entre territórios de um mesmo Estado Membro ou de vários, que constitua uma mais valia para o território em questão. Será de aplicação nos territórios rurais seleccionados no capítulo 1.

As acções devem consistir em pôr em comum conhecimentos ou recursos humanos e financeiros, mediante a realização de uma acção comum.

3. Integração numa única rede de todos os territórios rurais da UE

Uma prioridade do Leader é o intercâmbio de experiências e conhecimentos. Por isso, todos os beneficiários do Leader serão obrigados a participar activamente numa rede, que será coordenada pelo Observatório Leader.

EQUAL

A nova iniciativa EQUAL tem como objecto promover novos métodos para lutar contra as discriminações e as desigualdades de toda a classe e relacionadas com o mercado de trabalho²³. Para aplicar esta iniciativa, os Estados Membros deverão preparar um Programa de Iniciativa Comunitária que terá a forma de um Plano e será aprovado como um Documento Único de Programação. Ou seja, com procedimento similar ao da programação estrutural de iniciativa nacional. Este Plano deverá incluir uma estratégia para desenvolver acções no contexto dos quatro pilares da estratégia de emprego.

Equal actuará nestes campos através de projectos, que se chamarão Associações de Desenvolvimento, cuja existência será indispensável para a concessão de ajudas. Estas Associações poderão ser de âmbito geográfico ou sectorial. As primeiras reunirão os interesses de um determinado território, com o objectivo de partilhar os seus esforços e os seus recursos na aplicação da estratégia. As Associações sectoriais actuarão sobre sectores específicos.

Equal actuará nestes campos através de projectos que serão desenvolvidos por associações estratégicas, denominadas Agrupações de Desenvolvimento. Estas Agrupações serão constituídas pelos agentes interessados, que cooperarão para desenvolver uma estratégia com uma visão integrada. Tal como com os grupos de acção local da iniciativa Leader, as Agrupações serão as responsáveis pelo desenvolvimento do programa, uma vez que este tenha sido elegido.

As agrupações poderão ser geográficas ou sectoriais. As primeiras reunirão os interesses de um determinado território, com o fim de partilhar os seus esforços e os seus recursos para a aplicação da estratégia. As Associações sectoriais actuarão sobre sectores específicos.

Para o desenvolvimento da iniciativa considerar-se-á de grande interesse a cooperação transnacional com outras Agrupações de outro Estado Membro.

Oportunidades para a Rede Natura 2000

O interesse de esta iniciativa comunitária para a rede Natura reside no seu potencial para fomentar a formação da população local, com vista ao estabelecimento de modelos de desenvolvimento sustentável nestes espaços (Quadro 12). Neste sentido há que referir que, em geral, os espaços protegidos tendem a situar-se nas autarquias mais deprimidas do ponto de vista sócio-económico. Além disso, nestas zonas, as iniciativas tendentes a aproveitar o valor acrescentado que oferece a sua designação como espaço protegido cos-



Cone vulcânico no Sítio de Interesse Comunitário da Zona Central da Ilha das Flores (Açores)

CUADRO 12

Exemplo de formação e preparação específica para o desenvolvimento sustentável com recurso

O ambiente e a conservação da natureza com campos de interesse para a criação de emprego. Nas Canárias, os espaços naturais são um importante recurso turístico, e assim o reconhecem as diversas estratégias para o desenvolvimento do sector. No entanto, nem sempre a população local está preparada para poder aproveitar esta oportunidade.

Para contribuir para a resolução deste problema, comum a outros espaços protegidos, no Parque Natural de Sierras de Cazorla y las Villas, desenvolveu-se uma interessante experiência co-financiada pela iniciativa comunitária Adapt (94-99) e a Junta de Andalucía. O projecto, desenvolvido pela Federación de Espacios Naturales Protegidos de Andalucía, teve como objectivo valorizar os recursos naturais e paisagísticos do Parque, e contribuir para a adaptação da iniciativa local para o seu aproveita-

mento. Para isso, organizou-se uma série de cursos destinados às administrações locais, cooperativas, trabalhadores, empresários e pessoas desempregadas. De forma complementar, realizaram-se alguns seminários práticos em empresas de cada sector. Os seminários, adaptados às necessidades do lugar, foram muito diversificados, desde temas relacionados com o sector hoteleiro e a qualidade à gestão florestal.

Como complemento, os gestores do programa puderam disponibilizar 40 bolsas de estágio de profissionalização no estrangeiro, que foram financiadas pelo programa Leonardo da Comissão Europeia.

Como consequência, já surgiram várias iniciativas locais sob a forma de cooperativas e pequenas empresas, para a comercialização de plantas aromáticas, a construção rural e o turismo de natureza.

INFORMAÇÃO NA INTERNET

EQUAL (em português)

http://europa.eu.int/comm/employment_social/equal/com/com853_pt.pdf

Instrumentos financeiros

tumam surgir de pessoas provenientes de outros lugares.

Por isso, poderiam ser de interesse as seguintes acções previstas em Equal:

Capacidade de inserção profissional

- Facilitar o acesso e a reincorporação ao mercado do trabalho das pessoas com dificuldades para integrar-se ou reintegrar-se no mercado do trabalho.

Espirito de empresa

- abrir o processo de criação de empresas a todos, proporcionando os instrumentos necessários para a criação de empresas e para a identificação e exploração de novas possibilidades para a criação de emprego.

Adaptabilidade

- apoiar a adaptabilidade das empresas e trabalhadores às transformações económicas estruturais e o uso das tecnologias da informação e outras tecnologias.

LIFE III

A fonte de financiamento estrela destinada a acções de conservação da natureza é, sem dúvida, o programa Life, e mais concretamente o programa Life-Natureza. Trata-se do único instrumento financeiro específico para o ambiente, e inclui dois capítulos que distribuem o orçamento quase de forma igual, Life-Natureza e Life-Ambiente.

Life Natureza

O seu objectivo é contribuir para a aplicação das Directivas de Aves e de Habitats. Para isso, financia projectos relacionados com espécies prioritárias e Sítios de Interesse Comunitário ou Zonas de Protecção Especial para as Aves (ZPE).

Os projectos podem ser apresentados por qualquer tipo de iniciativa, pública ou privada. Para isso, deve-se elaborar um projecto que deve seguir um formulário já estabelecido pela Comissão. Para facilitar a preparação do projecto a Comissão publicou recentemente um guia específico. Os interessados podem aceder a todo o tipo de informação através da Internet (ver quadro com direcções) e contactar os responsáveis nacionais (ver Anexo).

Uma vez por ano é estabelecido um prazo para a apresentação de projectos, que devem ser apresentados aos responsáveis nacionais do programa Life. A seguir sobrevem um processo de selecção no seio do Comité de Habitats, em que se têm em conta vários critérios, entre os quais se pode destacar o interesse do projecto, a capacidade técnica e financeira do candidato, e a sua contribuição para o desenvolvimento das Directivas implicadas.

Life Natureza é o programa que oferece a maior elasticidade para o co-financiamento da rede Natura 2000. Isto deve-se à possibilidade de financiar projectos integrados, o que é mais fácil de gerir e financiar. Por exemplo, dentro de um mesmo projecto podem-se co-financiar a gestão do habitat, infra-estruturas de uso público e investigação, enquanto em geral, e com excepção do Interreg, as outras fontes de financiamento só cobrem por separado cada um destes capítulos. Além disso, o Life também cobre certos gastos que outros instrumentos financeiros não cobrem, ou muito dificilmente podem fazê-lo, como pessoal administrativo e de gestão do projecto.

TABELA 18
Projectos Life desenvolvidos na Macaronésia.

AÇORES					
Ano	Título	Período	Beneficiário	Orçamento (Euro)	Contribuição Life %
94	Conservação do Priólo (Pyrrhula murina)	94-96	Gov. Regional	467.000	75
94	Vegetação e flora natural dos Açores	94-96	Gov. Regional	266.667	75
95	Conservação das comunidades e habitats de aves marinhas dos Açores	95-96	Universidade	500.000	60
96	Estudo e conservação do património natural dos Açores	97-99	Gov. Regional	1.949.206	75
98	Gestão integrada de zonas costeiras e marinhas nos Açores	98-02	Universidade	1.365.585	60
MADEIRA					
Ano	Título	Período	Beneficiário	Orçamento (Euro)	Contribuição Life %
92	Protecção do Lobo-marinho e do seu habitat na Madeira	92-94	Parque Natural	400.000	75
92	Conservação do Montado de Urzal (Parque Natural de Madeira)	93-93	Parque Natural	207.000	75
94	Conservação e recuperação de espécies e habitats da Madeira	94-96	Parque Natural	1.067.000	75
95	Medidas para a recuperação do habitat terrestre da Deserta Grande	96-98	Parque Natural	383.467	75
96	Conservação da tartaruga marinha	97-99	Parque Natural	299.112	75
97	Gestão e conservação da laurissilva da Madeira	98-00	Parque Natural	323.034	60
98	Recuperação de habitats e espécies prioritárias da Madeira	98-00	Parque Natural	938.531	55
98	Moluscos terrestres de Porto Santo	98-00	Centro Investigação	158.598	50
99	Conservação de espécies prioritárias e raras da Madeira	99-03	Dir. De Florestas	1.431.934	75
99	Projecto para a conservação de cetáceos no Arquipélago da Madeira	00-03	Câmara Municipal	1.035.964	50
99	Recuperação da laurissilva nas Funduras	00-03	Dir. De Florestas	920.314	75
CANARIAS					
Ano	Título	Período	Beneficiário	Orçamento (Euro)	Contribuição Life %
93	Recuperação de "Lajares" para a conservação da Hubara (Fuerteventura)	94-95	Gov. Regional	340.000	50
93	Restabelecimento da laurissilva em Gran Canaria	94-96	Cabildo Insular	1.500.000	50
94	Conservação do Tentilhão (Fringilla teydea) e Pombos da laurissilva	94-96	Gov. Regional	1.467.000	75
94	Plano de recuperação do Lagarto Gigante de Hierro	94-96	Gov. Regional	667.000	75
94	Medidas para estabilizar a população atlântica de Lobo-marinho	94-96	Gov. Regional e Ad. Central	1.333.000	75
96	Incremento do tamanho populacional de pombos canários	97-00	Gov. Regional	645.677	
96	Conservação do Pica-pau-malhado-grande de Tenerife	97-99	Gov. Regional	492.623	75
96	Actuações para a recuperação do Lobo-marinho	97-98	Gov. Regional	1.363.175	75
97	Conservação de golfinhos e tartarugas	97-99	Gov. Regional	917.220	75
97	Recuperação da praia de Matorral	97-99	Autarquia	605.426	50
97	Conservação de flora ameaçada	98-99	Gov. Regional	598.468	75
97	Reintrodução do lagarto gigante de El Hierro (Gallotia simonyi) no seu antigo habitat natural	97-00	Gov. Regional	465.571	60
98	Conservação de quiropteros e invertebrados em cavidades vulcânicas	98-01	Gov. Regional	499.472	50
98	Conservação do Tentilhão (Fringilla teydea) em Gran Canaria	99-02	Gov. Regional	329.398	60
99	Conservação e restauração da falésia e ilhotas de Famara	99-01	Cabildo Insular	1.259.212	50

Instrumentos financeiros

Até à data desenvolveram-se 31 projectos Life na Macaronésia, quase metade deles nas Canárias (Tabela 18). No entanto, cada região mostra as suas particularidades na formulação de projectos. Por exemplo, os projectos das Canárias centram-se predominantemente na conservação de espécies (73%), os dos Açores em habitats e os da Madeira repartem-se por igual entre habitats e espécies (ver gráfico). No seu conjunto supôs um investimento total de 24 MEuro entre 1992 e 1999, período no qual o Life contribuiu com 66,7%.

A pesar de pela análise dos projectos Life desenvolvidos não se poder afirmar que todos são de interesse para o futuro da rede Natura 2000, haveria a destacar os projectos da Madeira tomados no seu conjunto. A região da Madeira será possivelmente a região da União Europeia onde, em relação à sua superfície, se desenvolveram mais projectos. Além disso, na sua grande maioria foram desenvolvidos dentro de espaços protegidos já existentes, pelo que tiveram uma mesma orientação. Por exemplo, adquiriram-se algumas das melhores zonas de laurissilva (630 ha) e outras foram recuperadas (190 ha). Também se realizaram trabalhos de conservação de espécies (Lobo-marinho, flora ameaçada, pombo da laurissilva), eliminação de espécies introduzidas de ilhas (cabras, coelhos, ratazanas), investigação aplicada à conservação (uso do espaço pelas ratazanas, alimentação de pombos) e um grande trabalho de divulgação.

Life Ambiente

Life Ambiente é outro capítulo do instrumento financeiro Life. Co-financia o desenvolvimento de técnicas e métodos inovadores que contribuam para o desenvolvimento da política ambiental comunitária. Apesar de que em princípio pudesse supor-se que é de escasso interesse para a rede Natura, isso não é assim, e oferece interessantes oportunidades relativamente a estratégias de desenvolvimento sustentável.

Entre as medidas mais interessantes que podem ser financiadas estão os projectos de demonstração relativos à integração das considerações ambientais no ordenamento do território e sobre a planificação tendente a reduzir o impacto ambiental das actividades económicas.

INFORMAÇÃO NA INTERNET

Informação geral sobre Life: regulamentos, convocatórias, guias, formulários, base de dados com os projectos realizados, etc. (em inglês, documentos oficiais também em português)

<http://europa.eu.int/comm/life/home.htm>

O co-financiamento da Rede Natura 2000

Nos capítulos anteriores procedeu-se a uma introdução aos instrumentos financeiros comunitários de maior interesse para financiar a rede Natura 2000 na Macaronésia. Como já foi mencionado, o melhor instrumento para financiar acções de conservação da natureza é o Life. No entanto, existem outros de grande interesse e pouco explorados, dos quais também se expuseram alguns exemplos muitos deles da região macaronésica.

Cada instrumento tem o seu próprio âmbito de aplicação e funcionamento, pelo que poderá ser aplicado para determinadas funções e não para outras. Além disso, cada medida conta com os seus próprios beneficiários e forma de intervenção. Toda esta diversidade de opções pode e deve ser aproveitada para financiar a rede Natura (Tabela 19).

Com vista ao futuro, é importante analisar porque é que estas possibilidades não foram suficientemente utilizadas até à data, pois na rectificação das suas causas encontra-se o início da sua maior utilização.

Informação e formação

Até à data eram poucas as autoridades ambientais que conheciam o funcionamento dos fundos estruturais. No entanto, nos últimos dois anos constatou-se uma clara melhoria neste aspecto, o que inclusive permitiu uma maior participação das autoridades ambientais na nova programação estrutural.

Nesta evolução foi muito importante o esforço desenvolvido por algumas organizações independentes na divulgação destes temas^{13,14}, assim como o desenvolvimento das redes de autoridades ambientais'. Por isso, apesar de ser necessário continuar nesta linha, os avanços realizados até à data permitirão um melhor uso das fontes de financiamento comunitário.

Com vista ao futuro, é interessante ressaltar a iniciativa da Consejería de Medio Ambiente das Canárias, onde se criou um departamento específico para estes temas.

¹³ As redes de autoridades ambientais têm como objectivo contribuir para uma maior integração das considerações ambientais na nova programação estrutural comunitária para 2000-2006. A sua constituição tem um carácter voluntário. Em Espanha esta rede foi constituída no final de 1997. É composta por representantes das entidades ambientais de todas as comunidades autónomas e da administração central, que se reúnem com os responsáveis pelos diferentes fundos estruturais. Às reuniões assistem habitualmente representantes da Comissão Europeia. No seu seio desenvolveram-se iniciativas relevantes, tais como a adopção de metodologias comuns para a avaliação e o seguimento ambiental dos programas, organização de seminários sobre os problemas ambientais que afectam vários sectores, difusão de informação, etc.

TABELA 19
Uso potencial dos distintos instrumentos financeiros comunitários
 (Exclui-se o Life, que pode financiar todos estes capítulos)

Tipo de medida (*)	P.O. FEDER	P.O. FEOGA	P.O. IFOP	INTERREG III	LEADER +	EQUAL
A. Elaboração de plano de gestão						
B. Compra/arrendamento de terras						
B.1 Compra				+		
B.2 Arrendamento		+				
B.4 Compra de direitos		+				
C. Tarefas únicas de gestão do biótopo						
C.1 Trabalhos encarregados a empresas externas (hidráulicos, paisagísticos, reforestação, etc.)	+	+		+		
C.2 Infra-estruturas	+	+	+	+		
C.3 Equipamento	+	+	+	+		
C.4 Pessoal				+		
Outras medidas						
D. Gestão periódica do biótopo						
D.1 Infra-estruturas	+	+		+		
D.2 Equipamento	+	+	+	+		
D.3 Vigilância						
D.4 Pessoal						
D.5 Acordos e contratos de gestão		+				
D.6 Pagamentos compensatórios		+				
E. Sensibilização e difusão						
E.1, E.2 Seminários, workshops, feiras		+		+	+	+
E.3 Publicações	+	+	+	+	+	
E.4 Infra-estruturas (centros de informação, acessos)	+	+	+	+	+	
E.5 Pessoal (guias, educadores, etc.)				+	+	
F. Funcionamento geral						
F.1 Pessoal						
F.2 Seguimento científico				+		
F.4 Equipamento				+		
Outros gastos						

(*) Relação de medidas de acordo com formulários Life II

Responsabilidade partilhada

Um dos princípios sobre os quais se baseou o desenvolvimento do V Programa Comunitário em Matéria de Ambiente foi o da responsabilidade partilhada. De acordo com este princípio, o desenvolvimento só pode alcançar-se mediante uma acção concertada entre todos os agentes implicados, que deverão cooperar entre si. Entre estes agentes cabe destacar as autoridades locais, as empresas, as ONG's, os sindicatos e os agricultores.

Até à data houve uma certa tendência por parte das autoridades ambientais para encarar excessivamente a vertente patrimonial da conservação da natureza, o que conduziu a uma aplicação vertical das políticas conservacionistas. Este fenómeno desvincula os agentes locais dos objectivos finais de ditas políticas quan-

do são precisamente eles quem, em grande medida, têm que as aplicar.

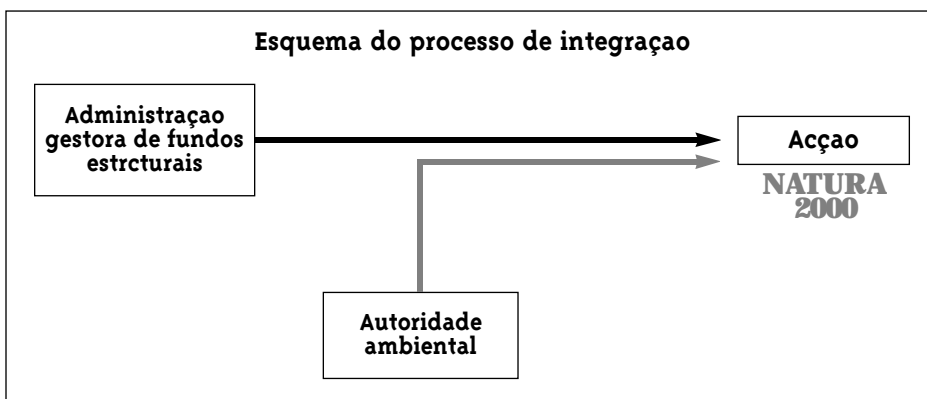
Neste campo ainda há muito por fazer para tornar participes da conservação da natureza todos os agentes locais. Neste sentido há um trabalho pendente a fazer para alcançar uma aproximação dos Grupos de Acção Local dos Leader aos objectivos de conservação de determinados espaços. Esta aproximação seria vital para se poder aproveitar o potencial da iniciativa local na direcção adequada nestas zonas.

Integração

Ainda hoje alguns consideram as autoridades ambientais e a conservação da natureza como um travão ao desenvolvimento sócio-económico. Se bem que esta visão está a mudar pouco a pouco, justificou a falta de integração das políticas conservacionistas com as restantes.

Uma vez mais é necessário recordar aqui que o objectivo dos fundos estruturais não é a conservação da natureza, mas sim a coesão económica destas regiões com o resto da União Europeia, e uma das prioridades para tal é a criação de emprego e de riqueza. Por isso, se a Rede Natura 2000 quer utilizar os recursos estruturais com propriedade, deve vincular-se à criação de emprego e de riqueza. Por exemplo, na região macaronésica, que é uma das principais receptoras de turismo da União Europeia, a aplicação deste princípio passa pelo desenvolvimento de formas de turismo sustentável.

Desta forma, as autoridades ambientais devem fazer um esforço por aproximar-se das visões e estratégias de outras políticas e participar nas mesmas com sugestões que permitam compatibilizar desenvolvimento e conservação. Só assim poderão participar adequadamente na definição das distintas formas de intervenção.



Coordenação

Dada a grande diversidade de instrumentos financeiros e de agentes beneficiários existentes e que podem ver-se implicados num mesmo território, além da mencionada integração é necessária uma boa coordenação. Sem ela podem-se perder muitas oportunidades.

Como passo prévio para a coordenação é muito importante conhecer as necessidades de cada espaço. Para isso, resulta de grande ajuda a elaboração de planos de ordenamento e gestão dos espaços protegidos. É a partir de então quando a coordenação das distintas fontes de financiamento permite uma maior eficácia e disponibilidade de financiamento.



QUADRO 19

Exemplo de disponibilidade financeira

O meio marinho circundante dos três arquipélagos é muito rico em populações de cetáceos e importante como zona de passagem para a Tortuga-boba (*Caretta caretta*). Com o fim de proteger estas populações, declararam-se em todas estas regiões certos sectores marinhos como Sítio de Interesse Comunitário.

Por outro lado, em algumas ilhas começaram a despontar importantes iniciativas turísticas para a observação de cetáceos (whale-watching). Esta actividade turística pode danificar as populações destas espécies, tal como já ocorreu noutras zonas. A este risco há que somar o facto de em certas ocasiões o tráfico marítimo entre as ilhas poder ocasionar danos, assim como certas actividades pesqueiras.

Para que uma medida proteccionista da administração neste campo seja realmente efectiva é necessário envolver todos os sectores interessados: armações de pescadores, empresas de turismo costeiro, ONG's, portos desportivos, empresas marítimas e administrações locais, entre outros. Todos estes sectores podem ter a oportunidade de ver co-financiadas acções neste âmbito.

Como se podem financiar acções para conservar os Sítios de Interesse Comunitário marinhos? Nos Açores, Madeira e Canárias o

Life está a financiar projectos específicos para a conservação de cetáceos, tartarugas marinhas e lobo-marinho. Entre as acções desenvolvidas estão os censos, actividades de divulgação e consciencialização, substituição de artes de pesca, etc.

No entanto, tal como se mencionou, existem outros instrumentos que podem ser utilizados. Por exemplo, nas Canárias, onde existem 30 empresas relacionadas com o turismo de mar e costa, a Fundación Escuela de Negocios participa num projecto financiado pelo Interreg II-C que tem como objectivo estudar as possibilidades do turismo costeiro para promover estas regiões em consonância com a conservação da natureza. Igualmente nas Canárias, as autoridades responsáveis pela pesca estão a financiar com recurso ao IFOP a informação e certas infra-estruturas para o desenvolvimento de reservas marinhas de interesse pesqueiro.

O primeiro destes projectos está relacionado com o turismo e o segundo com a pesca. Isto põe em destaque a necessidade de integrar-se e de cooperar com outros sectores, com o fim de tentar tirar o melhor proveito dos escassos recursos financeiros existentes para a conservação da natureza.

O turismo como instrumento financeiro para a conservação da natureza

As áreas de maior valor ambiental da região macaronésica formarão parte da rede Natura 2000. Estes sítios, tal como muitos outros espaços protegidos, carecem de financiamento público ou esta é escassa. Por isso, para a sua manutenção, são necessárias fontes alternativas de financiamento.

Um possível fonte de financiamento alternativa poderia proceder do turismo. Algumas categorias de espaços protegidos, especialmente os Parques Nacionais, têm uma longa experiência de recepção de visitantes. Em todo o caso, as opiniões sobre a conveniência do turismo de natureza encontram-se divididas entre os conservacionistas. Alguns têm interesse pelo público e pelas fontes adicionais de receitas para os espaços protegidos, enquanto que outros temem os danos ecológicos causados pelo turismo. A indústria turística reconhece as áreas protegidas como um destino importante que pode ser oferecido em combinação com outros.

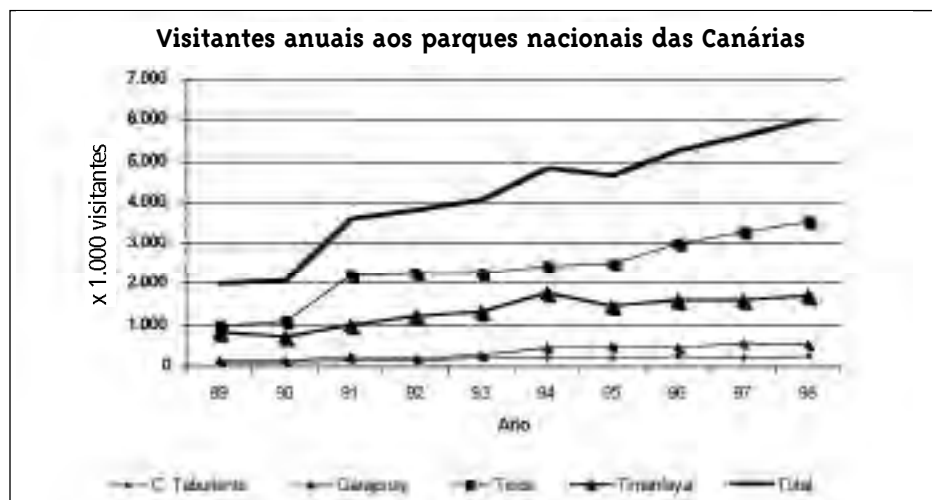
Neste contexto, referimo-nos ao quadro de financiamento como um instrumento utilizado pelo Estado ou a indústria turística, para conseguir receitas adicionais que possam contribuir para o financiamento de medidas de conservação da natureza em espaços protegidos, tais como as da rede Natura 2000.

Neste capítulo não se tratam todos os quadros de financiamento relacionados com o turismo. Só se abordam os que contam com uma relação directa entre o turismo, como fonte de receitas, e conservação da natureza, como gasto destas receitas. Ou seja, excluem-se os impostos gerais (imposto sobre rendimentos, IVA, imposto sobre a propriedade, etc.). O sector turístico está sujeito a estes impostos e algumas pequenas quantidades destes rendimentos são utilizados na conservação da natureza. No entanto, a conservação da natureza não beneficia automaticamente do incremento por estes rendimentos, já que não existe uma relação directa entre os impostos e o gasto dos mesmos. Com base neste argumento tão pouco se consideraram neste capítulo os impostos que estão relacionados com o turismo (imposto sobre o querosene e sobre a propriedade), nem os impostos turísticos, como por exemplo os impostos hoteleiros.

Importancia dos espaços protegidos para o turismo

Até à data, existem muitas diferenças entre as distintas categorias de espaços protegidos e de objectivos, entre os diferentes países. Por exemplo, há Parques Nacionais, Parques Naturais, Reservas da Biosfera, etc. Ao mesmo tempo, nem todos estes espaços protegidos têm o mesmo valor. Por exemplo, alguns são pequenas amostras de habitats naturais, enquanto que outros rivalizam com usos agrícolas ou florestais intensivos.

A maioria dos espaços protegidos estão abertos ao público. As distintas modalidades de turismo utilizam estes espaços de maneira mais ou menos intensiva, como por exemplo o turismo científico, o eco-turismo, o turismo de natureza e o desportivo²⁵. Em geral, o turismo tem lugar nas zonas de menor protecção destes espaços (zonas de amortecimento), enquanto que as zonas centrais costumam estar reservadas para a



CUADRO 20

Afluência turística aos espaços protegidos das Canárias

A importância dos espaços protegidos para o turismo das Canárias sobe ano após ano sem cesar. Em 1998, a cifra de visitantes aos parques nacionais alcançou os 6 milhões²⁴, ao que haveria que somar os dos restantes espaços

protegidos. Durante tão somente o mês de Maio de 2000 registaram-se 300.000 visitantes nos espaços de lazer no meio natural da ilha de Tenerife, na sua maior parte situados em espaços protegidos. (J. Bonnet, com pers).

conservação e, por vezes, para a investigação.

Não existem estatísticas sobre desenvolvimento do turismo da natureza no mundo. Em qualquer caso, os especialistas estão de acordo quanto aos tipos de turismo que podem ser considerados de natureza, estão em contínuo crescimento e este seguirá no futuro (Quadro 20). Prevêem-se crescimentos anuais de até 20% para algumas zonas naturais ou relativamente a alguns tipos de turismo da natureza, e este incremento será particularmente importante nos espaços protegidos e nas paisagens naturais²⁶.

Em geral, para o turista as experiências na natureza são de grande importância. Em relação aos principais grupos de turistas que visitam os espaços protegidos, famílias e pessoas interessadas no tema, deveria ter-se em conta que 18% dos alemães buscam experiências com a natureza, frequentemente na companhia da família (17%)²⁷.

De acordo com diversos estudos, chegou-se à conclusão que o turismo nos espaços protegidos deve ter um carácter mais de aventura que educativo, com o objecto de poder criar-se o seu próprio destino. Como resultado, e desde uma perspectiva comercial do turismo, os espaços protegidos deveriam ser contemplados como uma parte mais de um pacote turístico, que deveria incluir muitas outras actividades no exterior de dito espaço.

Tendo em conta a relação entre o turista e os espaços protegidos, deveria ter-se em conta que em geral as pessoas não procuram "natureza protegida", mas sim simplesmente paisagens bonitas. Os fornecedores

de serviços turísticos que trabalham dentro de espaços protegidos e os responsáveis pela gestão destes espaços, incluindo os gestores dos recursos financeiros, deveriam ter em conta que os amantes da natureza são bastante raros, enquanto que a maioria dos turistas são veraneantes ou turistas de um só dia²⁸.

No entanto, os turistas têm consciência do extraordinário valor dos espaços protegidos, tais como os parques nacionais. Um estudo recente mostra que 95,2% dos alemães crêem que os parques nacionais são de grande importância, e 72% prefere passar a suas férias em regiões nas quais há um parque nacional. Por isso, a existência de um parque nacional constitui um critério importante no momento de eleger um destino²⁹.

Outros estudos demonstram que aproximadamente entre 15 e 20% dos turistas viajam para uma dada região só por causa da presença de um parque nacional na mesma²⁸. Assim, a existência de um espaço protegido tem efeitos directos sobre a economia turística regional, por exemplo sobre o emprego e sobre os rendimentos, e múltiplos efeitos sobre outros sectores económicos, como a agricultura e a construção. Além disso, contribui para melhorar a imagem do conjunto da região, o que indirectamente pode conduzir a uma maior procura.

São também reveladores os resultados das entrevistas que se fizeram sobre os gostos dos visitantes do Parque Nacional do Mar de Wadden (Alemanha). Do total de inquiridos, 66% respondeu que buscava tranquilidade, recreio e a possibilidade de passear, fundamentalmente por lugares com vistas panorâmicas. Outros queriam viver a natureza (59%), dar um passeio pela praia (56%), observar aves (36%) ou banhar-se (35%). Só 2,1% manifestou vontade de participar numa viagem guiada. Em oposição a este último resultado, cerca de 80% dos turistas esperam a promoção de viagens guiadas, a existência de itinerários educativos (68%) e lugares para a observação de aves (57%)²⁸.

Muitos conservacionistas temem que um excesso de turismo cause danos ecológicos nos espaços protegidos, e que estes custos não sejam compensados pelos benefícios derivados do turismo. Os turistas têm uma clara consciência dos conflitos entre conservação da natureza e turismo. Apesar dos objectivos e tarefas dos parques nacionais são frequentemente pouco conhecidos³⁰, 86-99% dos turistas, especialmente a terceira idade, aceita a necessidade da conservação da natureza e as restrições ao uso da área, como por exemplo permanecer nos percursos assinalados. Aproximadamente 94% dos visitantes têm consciência de que, nos espaços protegidos a conservação da natureza tem preferência sobre os usos recreativos²⁸. Por consequência, 90,1% dos turistas aceitam que nem todos os espaços protegidos estejam abertos ao público²⁹.

Tendo em conta estes estudos, os pacotes turísticos destinados aos espaços protegidos deveriam adaptar-se à procura, na sua promoção deveria ficar clara a importância dos espaços protegidos e deveriam cobrir a maior parte das necessidades do turista.

A disposição a pagar

Considerando a grande importância das áreas protegidas para o turismo, neste apartado mostra-se em que proporção os turistas estão dispostos a pagar para contribuir para o financiamento dos espaços protegidos.

Na maior parte da Europa, os espaços protegidos de importância nacional estão quase completamente financiados pelo Estado. Nas regiões dos Açores, Madeira e Canárias, todos os espaços protegidos são financiados pela administração regional, e no caso dos parques nacionais das Canárias pelo Estado.

Enquanto instituição pública, não se os permitem donativos privados para a gestão dos espaços protegi-

³⁰ Apenas 27% dos turistas objecto deste estudo manifestaram estar bem informados. Aproximadamente 96% gostariam que houvesse guardas que informassem e atendessem os turistas.

TABELA 20
Disposição dos visitantes de espaços protegidos espanhóis a pagar pela sua visita, de acordo com diversos estudos

Espaço	Tipo de espaço	Região	Data	Preço médio		Referência
				Euro/Día	% Disposición	
Dehesa del Moncayo	P. Natural	Aragón	1994	3,6	73,3	³³
Pallars Sobirà	Região Natural	Cataluña	1994	6,5	72	³⁴
Montfragüe	P. Natural	Extremadura	1993	7,9	83	³⁵
L'Albufera	P. Natural	Valencia	1995	3,5	84	³⁶
Señorio de Bértiz	P. Natural	Navarra	1995	4,4	92,8	³⁷
Tablas de Daimiel	P. Nacional	Castilla-La Mancha	1996	5,6	-	³⁸
Posets-Maladeta	P. Natural	Aragón	1996	4,9	58,6	³⁹
Aigües Tortes	P. Nacional	Cataluña	1997	5,0	84	⁴⁰
Ordesa	P. Nacional	Aragón	1996	6,8	59-72	⁴¹
Baleares	Región	Islas Baleares	2000	1	54,1	⁴²

dos. Por isso, são frequentes as associações e grupos de apoio que se dedicam à recolha de donativos e outras contribuições voluntárias, ou que vendem livros e lembranças para contribuir para o financiamento destes espaços. As administrações proporcionam alguns fundos para a investigação e educação ambiental, que, por exemplo, são utilizados para centros de informação e contratos temporais. Regra geral, os espaços protegidos carecem de fundos, especialmente para gastos de pessoal, e vêem-se obrigados a procurar fontes de receitas próprias (Tscherniak, com pers.).

Neste contexto, interesse abordar as seguintes questões: Quanto estariam dispostos a pagar os turistas para a gestão e manutenção dos espaços protegidos? Existe uma relação entre a predisposição a pagar e a categoria do espaço protegido?

O turismo e o lazer são considerados como bens não transportáveis. Por isso, os turistas têm que deslocar-se até às zonas que desejam visitar e pernoitar, excepto no caso dos turistas de um dia procedentes das zonas mais próximas. Por consequência, aumentam os rendimentos, especialmente para a indústria hoteleira e de transporte. Estes serviços consomem-se conjuntamente com a experiência na natureza e, portanto, têm a possibilidade de suportar medidas de conservação da natureza³⁰.

Para avaliar os benefícios económicos do turismo sobre uma região utilizam-se diversos métodos, tais como o custo de deslocação e a avaliação contingente. O custo de deslocação é um método de avaliação indirecta que utiliza os dados do mercado para estimar a procura individual de lazer. Devido a que estes dados só reflectem o consumo de um recurso, esta metodologia só tem em conta o valor comercial, enquanto que o valor real permanece sem quantificar.

A avaliação contingente é um método directo, que mediante entrevistas avalia bens públicos, especialmente os bens ambientais. Utiliza-se principalmente para avaliar as alterações resultantes de oferecer bens ambientais. Por exemplo, questiona-se os cidadãos sobre o número de visitas que realizam a espaços protegidos, quanto consomem e quanto estariam dispostos a pagar para evitar que se reduzam estas visitas³¹.

Um estudo levado a cabo em Südharz (Alemanha) revela um valor de recreio para esta zona de 2,33-4,49 Euro por pessoa e dia. A interpretação desses resultados indica que os turistas entrevistados estariam dispostos a pagar pelo menos 2,33 Euro diários³¹. Outros estudos desenvolvidos na Alemanha durante a década dos noventa revelam uma predisposição dos cidadãos a pagar entre 1,14 e 12,79 Euro mensais, dependendo da zona e do programa de conservação da natureza de que se trate³².

Estudos desenvolvidos nos parques nacionais alemães, demonstram que 81% dos visitantes estariam dis-

postos a contribuir para o financiamento dos espaços protegidos, por exemplo mediante o pagamento de um imposto sobre a natureza (que em diante designaremos eco-taxa). Foram as gerações mais jovens as que mostraram uma maior predisposição para pagar. Em qualquer caso, 94% dos entrevistados manifestaram esperar uma maior implicação do Estado no financiamento dos espaços protegidos assim como um aumento dos recursos financeiros para este fim^{29 y iii}.

Aproximadamente metade dos turistas contempla a possibilidade de contribuir para o financiamento dos espaços protegidos^{iv}. 56% estaria disposto a pagar um imposto sobre a natureza de uma media de 0,82 Euros diários. 46% está de acordo com o pagamento de entrada nos centros de informação e das visitas guiadas, e 47% está disposto a realizar donativos voluntários. De acordo com estas investigações, a entrada num espaço protegido poderia oscilar entre 1,02 e 2,56 Euros. Em geral, os turistas estão dispostos a pagar mais que a população local. Outras possibilidades que os turistas sugeriram como alternativa, seria associar-se ou apoiar associações como o National Trust, que contribui para o financiamento de espaços protegidos (Tabela 20).

Realizaram-se diversos estudos em relação à efectividade dos custos, as receitas e os gastos dos espaços protegidos⁴³. A maior parte dos gastos provém do corpo de vigilantes que controla os visitantes e do pessoal dedicado à educação ambiental. Existe portanto uma estreita relação entre o atractivo de um espaço protegido para o turismo e, em consonância, do seu potencial para gerar receitas, com o aumento dos gastos de dito espaço⁴³.

Por isso, os projectos que combinam conservação da natureza e adequação do espaço para o lazer, são os que têm mais possibilidades de receber um co-financiamento a nível local³².

Na , os benefícios do sector turístico pela existência de espaços protegidos na região raras vezes é partilhada com o próprio espaço protegido (Tscherniak, com. pers 31.3.2000). Devido à coincidência com outros destinos turísticos, agencias de viagens, etc., os promotores do turismo regional frequentemente duvidam se cobrar ou não um valor extra aos seus hóspedes para a conservação da natureza. Assim, uma taxa ecológica só pode ser aplicada por uma associação de turismo regional que promova a cooperação entre os promotores turísticos e o espaço protegido³².

Os estudos anteriores demonstram que o turismo, pelo menos o alemão, que é o mais importante na Macaronésia, aceitaria uma eco-taxa ou qualquer outra contribuição financeira para os espaços protegidos. De qualquer forma, inclusive se todos os turistas e os habitantes locais estivessem dispostos a pagar os custos adicionais dos espaços protegidos, estes não poderiam ser unicamente equilibrados com as receitas procedentes do turismo. Por outro lado, também são limitadas as possíveis contribuições locais, como os impostos.

Devido às diferenças estruturais existentes na Europa, os resultados de estudos locais ou regionais não são facilmente transferíveis a outros países. Além do mais, ainda não existe na Europa um estudo representativo ou comparativo que analise os custos e benefícios dos espaços protegidos, e as contribuições procedentes do turismo³² (& Gray, com pers. 07.4.2000). Nem sequer existe um comparação científica sobre a predisposição dos turistas a pagar segundo os diferentes tipos de espaços. Por isso, o que é possível avaliar, o que poderia supor incluir um determinado espaço na rede Natura 2000, na predisposição dos turistas a pagar.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Questionados sobre quem deveria pagar pelos espaços protegidos, os visitantes responderam: 83% o Bundesland, 75% o Estado, 62% os visitantes (81% se solicitadas contribuições pessoais), 53% empresas e outros mecenas.

^(iv) Os turistas que não estão dispostos a pagar desconfiam frequentemente da utilização adequada dos recursos, ou querem que seja o Estado quem financie estes espaços³⁰

CUADRO 21

O imposto turístico das Ilhas Baleares

Em Junho de 2000, o Governo Balear apresentou um projecto de Lei de imposto turístico⁴⁶. Este consistirá em um Euro diário por cada noite de estadia nas ilhas, e irá parar integralmente a um fundo de reabilitação de espaços turísticos, que será destinado a:

- Remodelar e reabilitar zonas turísticas
- Recuperar os recursos e os espaços rurais e naturais.
- Revalorizar os recursos patrimoniais de importância social, cultural e turística.
- Revitalizar a agricultura como actividade economicamente competitiva.

O capítulo dirigido mais especificamente ao meio natural será destinado a:

- Conservação de parques naturais e de zonas de interesse ecológico e paisagístico
- Recuperação de caminhos e percursos para

a prática de excursionismo

- Criação de infraestruturas de interpretação ambiental
- Restauração do património natural (zonas húmidas, dunas, reservas marinhas, etc.)
- Manutenção de actividades agrárias tradicionais e de artesanato locais

Um inquérito realizado em Maio revelou que 54% dos turistas se manifestam a favor da ecotaxa, percentagem que aumenta até 77% quando é entrevistada a população local. Quanto à quantia da mesma, 60% dos turistas crê que é razoável, enquanto 73% a destinaria preferencialmente à melhoria dos espaços naturais.

O Governo Balear estimou que com a ecotaxa se arrecadarão 60 milhões de Euro anuais.

www.caib.es/ecotaxa

Quadros de financiamento

As áreas de valor para a conservação da natureza, como as incluídas na lista de sítios de importância comunitária para a rede Natura 2000, necessitam uma equipa de gestão: trabalhadores de campo e guardas, monitores de educação ambiental, etc. Os orçamentos destes capítulos são frequentemente muito baixos⁴⁴ e diferem muito entre os diferentes países europeus pois há-os inclusive que investem até trinta vezes mais que outros⁴⁵.

Devido à diminuição dos orçamentos públicos, muitos espaços protegidos investigam fontes de financiamento alternativas. Por exemplo, em alguns países, como Alemanha e França, em cujos espaços protegidos não é permitido aceitar donativos ou dinheiro proveniente de publicidade, criaram associações para receber os donativos voluntários⁴⁴.

Uma fonte potencial de financiamento adicional é o turismo. O turismo origina geralmente determinados custos e benefícios para as regiões em que se desenvolve. Por um lado, traz vantagens, como a criação de emprego e o aumento de receitas. Por outro, tem custos ambientais e sociais, como os derivados das alterações do uso do solo para as infra-estruturas turísticas.

Para evitar ou reduzir os impactos negativos do turismo, existe o conceito "o visitante devolve o pagamento" (visitors pay back). Isto implica que os turistas mantêm directamente a área visitada mediante certas taxas. Esta contribuição também pode proceder indirectamente de uma imposição às actividades turísticas e aos serviços. Para tornar os seu habitantes partícipes do espaço protegido e destinatários dos benefícios do turismo, estas receitas deveriam usar-se para financiar projectos ambientais e sociais.

Na tabela 20 resumem-se alguns dos diferentes quadros de financiamento nos quais o turismo pode contribuir para o financiamento da conservação da natureza. A primeira coluna faz referência aos distintos quadros, que são descritos na segunda coluna. A terceira proporciona alguns exemplos e, por último, na quarta analisam-se as suas vantagens e inconvenientes.

Com o fim de conduzir a análise dos vários quadros de financiamento, utilizaram-se como guia as seguin-



tes questões:

- Proporciona uma fonte constante e segura de recursos financeiros?
- Qual é o grau de complexidade da sua aplicação?
- É aceitado pelos turistas?
- Que nível de receitas pode gerar?
- Há alguma possibilidade de que os turistas evitem o pagamento?
- Tem efeitos colaterais não desejáveis?
- Tem outras vantagens ou desvantagens?

Para a análise de cada quadro, considerou-se que os espaços protegidos podem prestar serviços a cada tipo de turismo, que se podem alugar as facilidades para tal, que para a prestação destes serviços se podem solicitar licenças, e que se podem aplicar taxas aos serviços.

Para cada um destes quadros de financiamento, além do mais, existem outras possíveis fontes de receitas. Por exemplo, as vias para arrecadar contribuições voluntárias. Outro exemplo, ainda não mencionado, são as taxas da administração. Estas podem ser arrecadadas pela administração local e regional da zona turística. Por exemplo, no Estado Federal de Hessa, na Alemanha, este tipo de taxas aplicam-se para a autorização do uso da água, e relacionam-se com um benefício para o usuário mais que para o financiamento dos custos da administração. Desta maneira, os excedentes podem ser utilizados para financiar medidas ambientais.

Outro campo importante onde se relaciona o turismo com a conservação da natureza é o dos instrumentos financeiros comunitários, como os fundos estruturais e Life¹³. Estes programas oferecem com frequência a possibilidade de financiar medidas que beneficiam conjuntamente o turismo e a conservação da natureza. Inclusive, e a pesar de que nestes casos o turismo poderá não ser uma fonte de receitas para a

O turismo como instrumento financeiro

conservação da natureza, poderia chegar a ser a forma de consegui-lo.

O turismo nos espaços protegidos deve ser económica e ambientalmente sustentável. Por isso, para a aplicação de qualquer um dos instrumentos financeiros mencionados devem-se ter em conta um conjunto de condições^{43,47}.

- Inventário do espaço protegido. Deve demonstrar-se o atractivo turístico do espaço. Para isso, em primeiro lugar haverá que fazer-se um inventário das atracções e das actividades turísticas existentes, assim como das de conservação da natureza.

- Ambito turístico. É necessário realizar uma investigação de mercado centrada nos segmentos turísticos e tipos de turistas adequados. Por outro lado, as infra-estruturas turísticas devem construir-se em consonância com o anterior, e os paquetes turísticos devem promover-se e desenvolver-se considerando uma rede de atracções turísticas.

- Eficácia de custos. As receitas derivadas do turismo deveriam equilibrar os custos das infra-estruturas e da gestão do espaço protegido. Neste sentido, haverá que assinalar a carência que frequentemente os espaços protegidos registram de um adequado planeamento financeiro e orçamental.

- Educação e Formação. Ambos os aspectos são necessários para elevar a consciência ambiental dos turistas, dos operadores turísticos e da população local. Em qualquer caso, já se sabe que a influência da educação sobre o comportamento do turista é limitada.

- Quadro político e institucional. É necessário iniciar reformas políticas e institucionais. Por exemplo, os espaços protegidos deveriam ter a possibilidade de gerir as receitas provenientes do turismo. Isto deveria permitir-lhes utilizar directamente o dinheiro para a sua gestão e para o desenvolvimento das medidas de manutenção e desenvolvimento adequadas.

Aplicação à região macaronésica

O financiamento dos espaços da rede Natura 2000 requer uma combinação de contribuições públicas, comunitárias e do Estado Membro, e privadas, por exemplo procedentes do turismo. Para desenvolver um turismo ambiental e economicamente sustentável, haverá que considerar o inventário do espaço, o âmbito turístico, a efectividade financeira e o quadro político e institucional. Sá uma análise detalhada destes factores proporciona a informação necessária para desenvolver um quadro de financiamento adequado mediante o qual o turismo possa contribuir para a protecção da natureza na região macaronésica.

Apesar de esta informação não estar disponível, podem-se assinalar algumas questões que podem contribuir na direcção adequada.

A natureza é um elemento importante no processo de tomada de decisões dos turistas. O número de turistas que procuram experiências na natureza está em contínuo crescimento. Por consequência, cada vez serão mais frequentes os conflitos entre conservação da natureza e turismo. Também aumentarão os gastos dos espaços protegidos relacionados com o turismo (vigilância, monitores, infra-estruturas). Simultaneamente, o turismo é cada vez mais importante como fonte potencial de financiamento para a conservação da natureza.

Apesar de muitos turistas esperarem durante as suas férias experiências na natureza, não diferenciam entre as áreas de maior valor ambiental para a conservação de outras, com menor valor por ter modificadas as funções ecológicas e os biótopos originais. Os turistas aceitam como necessária a conservação da natureza, mas durante as suas férias conformam-se com paisagens "naturais". No entanto, os turistas buscam a "etiqueta" das zonas quando tomam a decisão de deslocar-se a um determinado destino. Por exemplo, a etiqueta de "parque nacional" pode ser um bom promotor para uma região. Portanto, entre os interesses da indústria turística deveria estar garantir um determinado nível de conservação da natureza.

Está demonstrado que quando os turistas são questionados, manifestam-se dispostos a contribuir eco-

nomicamente para a conservação da natureza. As quantidades que nos diferentes estudos dizem estar dispostos a pagar, seriam suficientes para garantir uma parte importante dos orçamentos de gestão dos espaços protegidos. No entanto, pode-se assumir que na prática, a predisposição a pagar dependerá em grande medida das circunstâncias particulares.

Existem muitos quadros de financiamento através dos quais o turismo contribui para a conservação da natureza. Cada um tem as suas vantagens e inconvenientes. Não existe uma solução óptima. Além do mais, estes esquemas tendem a complementar-se mais que a excluir-se. Por isso, para planificar o turismo como uma fonte de financiamento para a conservação da natureza, deveria ter-se em conta um sistema de medidas inter-relacionadas.

Inclusive nas melhores condições, não há que esperar que o turismo cubra todos os gastos das medidas de conservação nos espaços protegidos. No entanto, pode constituir uma importante contribuição. Por exemplo, tendo em conta que 11 milhões de turistas visitaram as Canárias em 1999⁴⁸, 704.336 a Madeira e 160.155 os Açores em 1997⁴⁹, e se estes contribuíssem na sua visita com uma pequena quantidade comparada com as que inicialmente se manifestam dispostos a pagar, por exemplo 1,5 Euro por visita, poderiam gerar mais de 16,5 milhões de Euro por ano nas Canárias, 1 milhão na Madeira e 0,2 milhões nos Açores. Estas cifras aumentariam consideravelmente no caso de aplicar-se o modelo balear, que consiste no pagamento de uma taxa de um Euro por noite de estadia. Por exemplo, nas Canárias, onde durante 1999 se registaram mais de 44 milhões de pernoitas⁴⁸, esta quantidade ascenderia a 44 milhões de Euro ao ano.

Ainda se subestimam os instrumentos financeiros como um meio directo para a conservação da natureza. Por exemplo, uma taxa maior para entrar nas zonas mais vulneráveis; taxas mais elevadas durante a temporada alta para reduzir o fluxo de visitantes nesse período; ou taxas mais elevadas nas épocas do ano em que o ecossistema é mais vulnerável. Um maior uso dos mencionados quadros de financiamento poderia ter, além de beneficiar o orçamento dos espaços protegidos, outras repercussões positivas para a conservação da natureza.

O turismo sustentável na região macaronésica deveria formar parte de uma estratégia coerente de desenvolvimento regional. Nos espaços protegidos é importante fomentar a consciencialização ambiental dos visitantes, de maneira que se possa combinar lazer e educação ambiental. Isso implica um grande número de guardas e de monitores ambientais. O custo deste pessoal deveria ser financiado em cooperação com a indústria turística, especialmente com os operadores turísticos.

Este conjunto de indicações poderiam ser úteis para estabelecer novos sistemas para financiar a rede Natura 2000 na região macaronésica. O desenvolvimento nesta região de um sistema coerente de financiamento que se baseie em boa medida nas receitas procedentes do turismo, teria grande relevância porque constituiria um exemplo para outros países da União Europeia.

Anexo

ENDEREÇOS DE INTERESSE RELATIVOS A REDE NATURA 2000 E A FONTES DE FINANCIAMENTO NA REGIAO MACARONESICA

AÇORES	MADEIRA	CANARIAS
PLANIFICAÇÃO ESTRUTURAL FEDER-INTERREG		
<p>Carlos Curbelo Director Regional de Estudos e Planeamento Direcção Geral de Estudos e Planeamento Caminho do meio, 58 P-971-853 Angra do Heroísmo Tel 351 295 331146 Fax 351 295 331114</p>	<p>Carlos Estudante Director Regional do Planeamento Direcção General do Planeamento Calçada de Sta.Clara 38 P-9000 Funchal (Madeira) Tel 351 291 741 453 Fax 351 291 744 680 E-mail:drpcid@mail.telepac.pt</p>	<p>Eulalia Gil Muñiz Sección de Planificación Presupuestaria y Gasto Público Dirección General de Planificación Presupuestaria y Gasto Público Consejería de Economía y Hacienda C/ Tomas Miller 38 E-35007 Las Palmas de Gran Canaria Tel 928 303017 E-mail:egilmun@ppyg.rcanaria.es</p>
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL FEOGA-AGROAMBIENTALES-LEADER		
<p>Joaquim Pires Dtor. Regional do Desenvolvimento Agrário Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente Rua Vinha Branca 971-861 P-9799 Angra do Heroísmo Tel 351 295 628593 Fax 351 295 295628645</p>	<p>Manuel Pita Director Regional da Agricultura Direcção Regional da Agricultura Avenida Arriaga nº 21 4º piso Edifício Golden Gate P-9000 Funchal (Madeira) Tel 351 291 204 200 Fax 351 291 225 708 E-mail:mpita.sra@gor-madeira.pt</p>	<p>María Paz Gómez Ferre Directora General Dirección General de Desarrollo Agrícola Consejería de Agricultura Avda.José Manuel Guimerá, 8 Edf. Usos Múltiples, I- 3ª planta E-38003 Santa Cruz de Tenerife Tel 922 476507 Fax 922 476737</p>
AGRO-AMBIENTAIS		
	<p>Cristina Betancura Direcção Regional de Agricultura Avenida Arriaga nº 21 4º piso Edifício Golden Gate P-9000 Funchal (Madeira) Tlf 351 291 242050 (ext.3082) Fax 351 291 2024823</p>	<p>Alejandro Villameriel Servicio de Ordenación y Desarrollo Rural Dirección General de Estructuras Agrarias Consejería de Agricultura Avda.José Manuel Guimerá, 8 Edf. Usos Múltiples, I- 3ª planta E-38003 Santa Cruz de Tenerife Tel 922 476783. Fax 922 476684</p>
SECTOR FLORESTAL		
	<p>Eng.Rocha da Silva Director Regional de Florestas Rua de S. Benito, Nº 49.9350 Ribeira Brava.P-9000 Funchal (Madeira) Tel:291.952135758/ 740064 Fax 351 291 2024823</p>	

AÇORES	MADEIRA	CANARIAS
REDE NATURA 2000		
<p>Dra. Eduarda Goulart Directora Regional do Ambiente Direcção Regional do Ambiente Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente P-9900 Horta Tel 351 92 208800 Fax 351 92 391981</p>	<p>Eng. Henrique Costas Neves (director) Parque Natural da Madeira Quinta do Bom Sucesso Caminho do Meio (botânico) P-9050 Funchal (Madeira) Tel 351 291 222266 / 23101 Fax 351 291 222589/ 2002006 E-mail pnm@mail.telepac.pt</p>	<p>Tomás Azcárate Jefe de Servicio de Planificación de Recursos Naturales Centro de Planificación Ambiental Viceconsejería de Medio Ambiente E-38071 La Laguna (Tenerife) Tel 922 47901 Fax 922 473947</p>
LIFE		
<p>Life-Natureza Mário Silva ICN Rua Ferreira Lapa,73 P-1200-701 Lisboa Tel 351 21 3160520 Fax 351 21 3520474 E-mail:msilva@icn.pt</p> <p>Life-Ambiente Isabel Lico Direcção Geral do Ambiente Ministério do Ambiente Zambujal P-2721-865 Amadora Tel 351 21 4728287 Fax 351 21 4728283 E-mail:isabel.lico@dga.min-amb.pt</p>		<p>Life Naturaleza Borja Heredia Subdirección General de Conservación de la Biodiversidad Dirección General de Conservación de la Naturaleza Gran Vía de San Francisco, 4 E-28071 Madrid Tel 91 5875414 Fax 91 5975566</p> <p>Life-Medio Ambiente Maria Jesus Rodriguez de Sancho Subdirección General de Evaluación Ambiental y Actuaciones Sectoriales Ministerio de Medio Ambiente Plaza de San Juan de la Cruz s/n E-28071 Madrid Tel 91 597650 Fax 91 5975816</p>
LEADER NACIONAL		
<p>Francisco Botelho I.N.D.E. Avenida Frei Miguel Contreiras, 54 – 3º P – 1700 LISBOA Tel: +351/1/843 58 70 Fax : +351/1/843 58 71 E-mail :inde@inde.pt</p>		<p>Jacinto Ayuso Dirección General de Planificación y Desarrollo Rural - MAPA Paseo de la Castellana 112 - 6ª Planta E - 28071 MADRID Tél: +34/1/347 17 25 Fax: +34/1/347 16 26 E-mail :sgadr@redestb.es</p>
GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL		
<p>ADELIACOR (São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo) Coordenadora: Catarina Soares Quinta de São Lourenço, Apdo. 190 P-9900 Horta Tel 351 292 391423. Fax 351 292 391919</p>	<p>ACAPORAMA (Madeira e Porto Santo) Coordenador: Luis Miguel Dos Santos Andrade Rua do Brasil, Bloco 15, n.º 110 Bairro de Nazaré, P-9000 Funchal Tel 351 291 761 460. Fax 351 291 761 461</p>	<p>ADERLAN Presidente: Gerente: Silvia González C/ Ginés de Castro y Alvarez 10,1º E-33500 Arrecife (Lanzarote) Tel 928 807794. Fax 928 810110</p>

AÇORES

ARDE- Associação Regional para o Desenvolvimento (Ponta Delgada e Vila do Porto)
 Coordenadora: Catarina Estrela
 Rua Manuel Inácio Correia, 73, 1º Esq.
 P-9500 Ponta Delgada
 Tel 351 296 281133
 Fax 351 296 281 133

ASDEPR (Lagoa, Vila Franca, Povoação, Nordeste, Ribeira Grande)
 Coordenadora: Teresa Alvenaz
 Av. Infante D. Henrique Rosário
 P-9560 Lagoa (São Miguel)
 Açores
 Tel 351 296 965768
 Fax 351 296 965828

GRATER- Associação de Desenvolvimento Regional.
 Coordenadora: António Manuel Gonçalves Balula
 Vinha Brava
 P-9700 Angra do Heroísmo
 Açores
 Tel 351 295 206211
 Fax 351 295 206212
 E-mail: Grater@mail.telepac.pt

MADEIRA

ADRAMA (Madeira)
 Director: João António Franca Monte
 Coordenador: Manuel Ara (Tel 962906599)
 Centro de Formação Agrária de São Vicente Vila
 P-9240 São Vicente
 Tel 351 291 842 358
 Fax 351 291 842 144

CANARIAS

La Gomera: "Asociación Insular de Desarrollo Rural de la Gomera"
 Presidente: Concepción Fabundo Garcia
 Gerente: Gladia Chinae
 C/ Casa Cultural de Chipudo
 E-38869 Vallehermoso (La Gomera)
 Santa Cruz de Tenerife
 Tel 922 804071. Fax 922 804055
 E-mail: aiderlg@teletel.es

Gran Canaria: "Asociación Insular de Desarrollo Rural de Gran Canaria"
 Presidente: Dña. Gloria Santana Ramirez
 Gerente:
 C/ Jose Antonio 20
 E-35320 Vega de San Mateo (GranCanaria)
 Tel 928 660738/364997
 Fax 928 660708

Fuerteventura "Centro de Desarrollo Rural del Cabildo Insular de Fuerteventura"
 Presidente: Domingo Fuentes Curbelo
 Gerente:
 C/ El Rosario 7
 E-35600 Puerto del Rosario (Fuerteventura)
 Las Palmas
 Tel 928 851400
 Fax 928 851812

La Palma "Asociación para el Desarrollo Rural de las Isla de La Palma"
 Presidente: Juan Fernando Tavares Bravo
 Gerente: Francisco Dominguez
 C/ Plaza Pedro Pérez Díaz s/n
 E-38730 Villa de Mazo
 Santa Cruz de Tenerife
 Tel 922 428252/428465
 Fax 922 428476

Hierro: "Asociación para el Desarrollo Rural de la Isla de Hierro"
 Presidente: Javier Morales Febles
 Gerente: Victor Padrón
 Edificio de Extensión Agraria
 C/ Dacio Darias s/n. E-38900 Valverde
 Tel 922 551564. Fax 922 551564
 E-mail: ashero@cistia.es

Tenerife
 Presidente: Eladio Morales Borges
 Gerente: Pablo Regalado
 Edificio Cabildo Insular de Tenerife
 Avda de Jose Antonio 2
 E-38003 Santa Cruz de Tenerife
 Tel 922 247360/605861
 Fax 922 247120
 Federte@redkbs.com

Referencias

¹ Aguilera, F. Et al. 1993. Canarias. Economía, ecología y medio ambiente. Francisco Lemus Editor. La Laguna.

² Baez, M.y Sanchez-Pinto, L. 1983. Islas de fuego y agua. Editorial Edirca. Las Palmas de Gran Canaria.

³ Dirección General de Conservación de la Naturaleza. 1999. Estrategia española para la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad biológica. Ministerio de Medio Ambiente. Madrid.

⁴ Bibby, C.J. et all. 1992. Putting biodiversity on the map: priority areas for global conservation. ICBP. Cambridge

⁵ Machado, A. 1990. Ecología, medio ambiente y desarrollo turístico en Canarias. Consejería de la Presidencia. Gobierno de Canarias. Santa Cruz de Tenerife.

⁶ ICN. 1998. Primeiro Relatorio de Portugal a submeter à Conferência das Partes da Convenção sobre a diversidade Biológica. Ministério do Ambiente. Lisboa.

⁷ Tucker, G.M. y Heath, M.F. 1994. Birds in Europe. Their conservation status. Birdlife conservation series 3, Cambridge.

⁸ Instituto Canario de Estadística. 1999. Los pasajeros en cifras. Entrada de pasajeros en Canarias 1998. Gobierno de Canarias. Las Palmas de Gran Canaria.

⁹ Nogales, M.; Valido, A.; Rado, J.C. y Martín, A. 1999. El lagarto gigante de La Gomera. El medio ambiente en Canarias, 15:9-10.

¹⁰ Fernández, A. (Coord.), 1998. El Parque Nacional de Garajonay. La Gomera. Organismo Autónomo Parques Nacionales. Madrid.

¹¹ Viceconsejería de Medio Ambiente. 1998 Gobierno de Canarias. En: <http://www.gobvan.es/medioambiente/biodiversidad/ceplan/vidasilvestre/especies.html>

¹² Comissão Europeia. 2000. Gestão dos Sítios Natura 2000. As disposições do Artigo 6 da Directiva Habitats 92/43/CEE. D.G. Ambiente.

¹³ Sunyer, C. E Manteiga, L. 1998. Instrumentos financieros para la red Natura 2000 y la conservación de la naturaleza. TERRA. Madrid.

¹⁴ Mitchell, K. (Ed.). Fundos Estructurais da UE 2000-2006: conservando a Natureza e criando empregos. Dossier Informativo. IEEP Londres.

¹⁵ Regulamento CE 1783/1999 relativo ao fundo europeu de desenvolvimento regional. DOCE 213, de 13.8.1999

¹⁶ Regulamento CE 1784/1999 relativo au fundo social europeu. DOCE L 213, de 13.8.1999.

¹⁷ Regulamento CE 1263/1999 relativo au instrumento financeiro de orientação da pesca. DOCE L 161, de 26.6.1999

¹⁸ Regulamento 1257/1999 relativo ao apoio do fundo europeu de orientação o e de garantia agrícola (FEOGA) au desenvolvimento rural e que altera e revoga de determinados regulamentos. DOCE L 160/1999, de 26.6.1999

¹⁹ Regulamento CE 1260/1999 que estabelece disposições gerais sobre os fundos estruturais. DOCE L 161, de 26.6.1999

²⁰ Eden, P. 1998. Land-use un the Azores, Europe's forgotten outpost. La Cañada, 9:6-8.

²¹ Comissão Europeia. 2000. Comunicação da Comissão aos Estados-membros de 28.4.00 que estabelece orientações relativas a uma iniciativa comunitária de cooperação transeuropeia destinada a promover o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu Interreg III. DOCE C 143, de 23.05.2000

²² Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+). DOCE C139, de 18.5.2000

²³ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 que estabelece as directrizes para a iniciativa comunitária Equal.DOCE C139,de 18.5.2000

²⁴ Ministerio de Medio Ambiente. 1999.Red de Parques Naciones. Memoria 1998.Secretaría General de Medio Ambiente. Madrid.

²⁵ Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (ed.) 1995. Ökotourismus als Instrument des Naturschutzes?: Möglichkeiten zur Erhöhung der Attraktivität von Naturschutzvorhaben. Forschungsbereichte des BMZ,Band 116.München; Köln;London: Weltforum-Verlag.

²⁶ Müller, B. 1998. Naturschutz durch Tourismus? Probleme und Perspektiven des Ökotourismus in Entwicklungsländern. in: (Öko-) Tourismus: Instrument für eine nachhaltige Entwicklung? Burkhardt Rauschelbach (ed.).Heidelberg:Kasperek.

²⁷ Forschungsgemeinschaft Urlaub und Reisen e.V. 2000.Reiseanalyse 2000:Erste Ergebnisse ITB 2000. Hamburg.

²⁸ Umweltstiftung WWF-Deutschland (ed.) 1999. Die Bedeutung von Nationalparken für den Tourismus. Reihe Nationalparke, Band 7. Frankfurt a.M./ Husum:WWF-Deutschland

²⁹ EMNID. 1999. Nationalparke - Bundesweite EMNID-Umfrage Mai 1998, in: Umweltstiftung WWF-Deutschland (ed.) 1999.Die Bedeutung von Nationalparken für den Tourismus. Reihe Nationalparke, Band 7. Frankfurt a.M. / Husum:WWF-Deutschland

³⁰ Holm-Müller, K. 1998. Finanzierung von Naturschutz über private Komplementärgüter. Wirtschaftswissenschaftliche Dokumentation,Diskussionspapier. Technische Universität Berlin / Institut für Volkswirtschaftslehre. Berlin:Wirtschaftswissenschaftliche Dokumentation, Fachbereich 14.

³¹ Löwenstein, W. 1994.Reisekostenmethode und Bedingte Bewertungsmethode – Ein ökonomischer und ökonometrischer Vergleich.Schriften zur Forstökonomie, Band 6. Frankfurt a.M.: J.D. Sauerländer's Verlag.

³² Bundesamt für Naturschutz (ed.) 1998. Zahlungsbereitschaft für Naturschutzprogramme – Potential und Mobilisierungsmöglichkeiten am Beispiel von drei Regionen. Bonn – Bad Godesberg: Angewandte Landschaftsökologie (Heft 25),BfN-Schriftenvertrieb im Landwirtschaftsverlag,Münster

³³ Rebolledo, D. & Pérez-Pérez, L. 1994. Valoración contingente de Bienes Ambientales. Aplicación al Parque Natural de la Dehesa del Moncayo. Documento de trabajo 94/6.Unidad de Economía y Sociologías Agrarias, SIA-DGA.Zaragoza

³⁴ Riera, P.;Descalzi, C. & Ruiz,A.1994.El valor de los espacios de interés natural de España.Aplicación de los métodos de la valoración contingente y el coste de desplazamiento. Revista Española de Economía. Monográfico Economía y Medio Ambiente, 207-230

³⁵ Campos, P.; Riera, P.; De Andrés, R. & Urzainqui, E. 1995. El valor ambiental y comercial del Parque Natural de Monfragüe. UIMP. Barcelona

³⁶ Del Saz, S. 1996.La demanda de servicios recreativos de espacios naturales. Aplicación del método de valoración contingente al parque Natural de la Albufera. Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de Valencia.

³⁷ Pérez y Pérez, L.; Barreiro, J.; Barberán, R. & Alvarez Farizo, B. 1996. El valor de uso recreativo del Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdido: coste de viaje versus valoración contingente. En:Azqueta y Pérez-Pérez (Ed.):Gestión de espacios naturales:la demanda de servicios recreativos. Eed.McGraw-Hill

³⁸ Júdez, L.; Andrés, R., Pérez Hugalde, C.; Urzainqui, E. & Ibañez, M. 1997. Evaluacion de l'Usage Récréatif d'une Reserve Naturelle Humide aun Moyen de la Méthode d'Evaluation avex Choix Dichotomoioue. Comunicación a la International Conference on Mediterranean Regions Economy and Sustainable Development.Arles, Francia.

³⁹ Pérez,y Pérez,L.;Barreiro, J.; Barberán,R & Del Saz, S. 1998.El Parque Posets-Maladeta. Una aproximación económica a su valor de uso recreativo. Publicaciones del Consejo de Protección de la Naturaleza de Aragón. Serie Investigación, núm 8.

⁴⁰ Farré, M. 1998. Economía política dels espais naturals protegits. Estudi d'un cas concret: El Parc

Anexo

Nacional d'Aigües Tortes i Estany de sant Maurici. Tesis Doctoral.Dpt.D'Econom

⁴¹ Barreiro, J.1998. Valoración de los beneficios derivados de la protección de espacios naturales:el caso del Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdido. MIMAM. Dirección General de Conservación de la Naturaleza.Colección Técnica.

⁴² Sondymark. 2000. Esquesta de turistes sobre l'ecotaxa. Gobierno de las Islas Baleares. Palma de Mallorca.

⁴³ Strasdas, W. 1999.Ökotourismus in der Praxis von Naturschutzprojekten – Ansätze zur Unterstützung von Schutzgebieten durch nachhaltiges, marktorientiertes Tourismus-Management.Eschborn: GTZ

⁴⁴ Bundesamt für Naturschutz (ed.) 1997. Studie über bestehende und potentielle Nationalparke in Deutschland. Bonn – Bad Godesberg:Angewandte Landschaftsökologie (Heft 10).

⁴⁵ IUCN 1998. Guidelines for Protected Area Management Categories. IUCN Commission on National Parks and Protected Areas

⁴⁶ Consejería de Hacienda.2000.Proyecto de Ley del impuesto sobre estancias en empresas turísticas de alojamiento destinado a la dotación del fondo para la mejora de la actividad turística y la preservación del medio ambiente. Consejería de Hacienda y Presupuestos del Gobierno Balear.

⁴⁷ Ceballos – Lascuráin, H. 1996. Tourism, ecotourism and protected areas. Bellegarde – sur – Valserine (France) :SADAG

⁴⁸ Instituto Canario de Estadísticas, 2000. Turistas extranjeros entrados en Canarias según nacionalidad y meses. <http://www.istac.rcanaria.es/> (download 05.04.2000)

⁴⁹ Instituto Nacional de Estadística.1998.Estadísticas de Turismo 1997. Lisboa.

⁵⁰ Gobierno Balear. 2000.Proyecto de Ley del impuesto sobre estancias en empresas turísticas de alojamiento destinado a la dotación del fondo para la mejora de la actividad turística y la preservación del medio ambiente. Consejería de Hacienda y Presupuestos. Palma de Malloca.

⁵¹ Asociacion Talamanesa de Ecoturismo y Conservacion: Natural and Cultural Outings in Talamanca. Puerto Viejo de Talamanca (Costa Rica): ATEC

⁵² Büro für Tourismus- und Erholungsplanung BTE 1995:Finanzierungshilfen für Naturparke. Berlin.

⁵³ Büro für Tourismus- und Erholungsplanung BTE 1995: Wirtschaftliche Effekte touristischer Entwicklungsstrategien. Berlin.